

Estágio curricular no Consulado-Geral de Portugal em Paris

A Identidade Cultural entre a Diáspora Portuguesa em França

Catarina Sofia Carneiro Andrade

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais, especialização em Globalização e Ambiente**

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Abril de 2019

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Globalização e Ambiente realizado sob a orientação científica de Ana Santos Pinto.

Estágio curricular no Consulado-Geral de Portugal em Paris

A Identidade Cultural entre a Diáspora Portuguesa em França

Catarina Sofia Carneiro Andrade

RESUMO: A comunidade portuguesa em França é, para além da maior comunidade portuguesa no estrangeiro, muito heterogénea quanto à sua origem geográfica, habilitações, faixa etária e ano de chegada ao país de destino. Estes elementos diferenciadores são, no entanto, dissipados quando se fala da ligação que cada membro da diáspora portuguesa tem com a identidade cultural portuguesa. Esta ligação é potenciada pela intensa atividade associativa dos Portugueses em França, que tenta corresponder às várias dinâmicas e expectativas da comunidade. O associativismo Português em França é, portanto, um elo de ligação entre a diáspora portuguesa e a identidade cultural portuguesa. Neste relatório de estágio exploram-se os conceitos de identidade, diáspora e associativismo recorrendo à revisão de literatura e à análise de inquéritos realizados junto da comunidade portuguesa em França, durante o estágio no Consulado Geral de Portugal em Paris. Este trabalho divide-se em três momentos principais: enquadramento institucional, onde é descrita a instituição onde decorreu o estágio e as instituições relevantes para esta análise; descrição das atividades, onde se relata as atividades realizadas durante o período de estágio; e, por fim, uma análise que reflete o associativismo português em França como elemento de ligação identitária a Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Diplomacia Cultural, Política Externa Portuguesa, Relações Internacionais

ABSTRACT: The Portuguese community in France is, besides the biggest Portuguese community outside the country, very heterogeneous in what concerns its geographic origin, its qualifications, age range and arrival year to the destination country. These distinguishing elements are, however, allayed when discussing the connection of each member of the Portuguese diaspora to the Portuguese cultural identity. This link is

enhanced by the intense associative activity of the Portuguese living in France, that attempts to fit the communities' dynamics and expectations. The Portuguese associativism in France is, therefore, a connection between the Portuguese diaspora and the Portuguese cultural identity. On this internship report we explore the concepts of identity, diaspora and associativism resorting to literature review and to the analyses of surveys held to the Portuguese community in France, during the internship on the General Consulate of Portugal in Paris. This work is divided in three major moments: institutional framework, where the internship's institution is describe as well as other relevant institutions for this analyses; description of activities, where it is described all the activities made during the internship; and, finally, an analyses that reflects on the Portuguese associativism in France as an element of identity connection to Portugal.

KEYWORDS: Cultural Diplomacy, Portuguese Foreign Policy, International Relations

Índice

Introdução	6
1. Enquadramento Institucional.....	10
1.1. A DGACCP.....	11
1.2. O Consulado Geral de Portugal em Paris	13
1.2.1. Funções e atribuições consulares.....	13
1.2.2. História do Consulado Geral de Portugal em Paris	15
1.2.3. Organização (vários serviços)	16
1.2.3.1. Serviço Cultural e Associativo	17
1.3. O Instituto Camões	18
2. Descrição das atividades do estágio curricular no Consulado Geral de Portugal em Paris.....	21
2.1. O Serviço Cultural e Associativo	21
2.2. Actividades realizadas no Serviço Cultural.....	22
2.3. Actividades realizadas no Serviço Associativo.....	24
2.3.1. Processos 2017	24
2.3.2. A nova Lei do Apoio ao Movimento Associativo	26
2.3.3. As formações da DGACCP	26
2.3.4. Processos 2018.....	28
2.3.5. Os inquéritos às associações.....	29
2.4. A comunicação do Consulado.....	30
2.5. O Centro Emissor e a Chancelaria B.....	31
3. O associativismo português em França como elemento de ligação identitária a Portugal	34
3.1. Identidade	34
3.2. Diáspora: origem, conceito, políticas e globalização	39
3.3. A emigração portuguesa.....	46
3.4. A comunidade portuguesa em França	48
3.5. Associativismo português em França.....	50
Conclusões/Recomendações	58
Bibliografia	61
Anexos.....	66

Introdução

*Diasporas constitute invisible nations
that reside outside their origin countries*

(BEINE et al, 2011: 30).

O presente relatório de estágio enquadra-se no âmbito da componente não-letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização em Globalização e Ambiente, lecionado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH). O estágio decorreu no Serviço Cultural e Associativo do Consulado Geral de Portugal em Paris (CGP-Paris), entre 11 de setembro de 2017 e 26 de janeiro de 2018, tendo tido uma duração total de 800 horas, tal como o estipulado no protocolo assinado entre a aluna, a NOVA FCSH e o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Este estágio integra-se no Programa de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros (PECMNE), que é gerido pelo Instituto Diplomático (IDi).

Este trabalho tem como tema central a diáspora portuguesa e a identidade cultural portuguesa, com um foco na comunidade portuguesa em França e no associativismo português neste país. O tema da investigação surge considerando a realização do estágio no Serviço Cultural e Associativo do CGP-Paris, cujo âmbito faz parte da política externa portuguesa conforme previsto na Constituição da República Portuguesa (CRP) nos artigos 9.º;f)¹, 73.º;nº3², 78.º;nº2;d)³ e se insere igualmente no posicionamento de Portugal, da língua e cultura portuguesas no mundo globalizado consagrado no Programa do XXI Governo Constitucional⁴.

¹ Art. 9.º - Tarefas fundamentais do Estado - f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa.

² Art. 73.º - Educação, cultura e ciência - 3. O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.

³ Artigo 78.º - Fruição e criação cultural - 2. Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais: d) Desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro;

⁴ Programa do XXI Governo Constitucional (2015-2019). Disponível em: República Portuguesa | XXI Governo Constitucional (online): <https://www.portugal.gov.pt/ficheiros-geral/programa-do-governo-pdf.aspx> . [Consultado a: 23/06/2018]

No capítulo intitulado Continuar Portugal nas Comunidades Portuguesas do referido programa de Governo, lê-se que “as comunidades precisam de ser verdadeiramente apreendidas em toda a sua diversidade e especificidade e não de serem minorizadas pelos clichés que ainda perduram” (PROGRAMA DO XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL, 2015: 256). Perante as novas vagas de emigração e a referida diversidade, “será necessário promover os recursos transnacionais, modernizar a ligação entre as instituições portuguesas e a diáspora, investir no intercâmbio económico, social, educativo e cultural, bem como, em permanência, vincar a importância e amplificar o papel das comunidades portuguesas no mundo”, lê-se no mesmo programa. Neste documento, encontramos também, no subcapítulo ‘Manter vivas a cultura, as artes e a memória’, um reconhecimento ao potencial e importância da língua e da cultura portuguesas entre os portugueses residentes no estrangeiro: “A nossa cultura é o cimento que une Portugal e as comunidades de forma profunda” (PROGRAMA DO XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL, 2015: 260). Por fim, no subcapítulo dedicado ao associativismo ‘Dinamizar a rede associativa e a juventude’, entende-se que este é um veículo de “preservação e transmissão da cultura do país de origem” (PROGRAMA DO XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL, 2015: 261).

O tema de investigação escolhido – compreensão do papel do Estado português na ligação da comunidade portuguesa em França à identidade cultural portuguesa através das associações lusas neste país – surge na sequência da relação entre as competências e objetivos definidos pelo Governo português perante as comunidades residentes no estrangeiro e a língua e cultura portuguesas. A realização do estágio num serviço dedicado à materialização destas ideias em muito contribuiu para esta análise.

Este relatório de estágio está dividido em três partes. A primeira dedica-se à descrição das instituições relevantes no decorrer deste estágio, sendo elas a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP); o Consulado-Geral de Portugal em Paris, a instituição onde o estágio decorreu; e, por fim, o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., cuja missão é executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário, entre outros objetivos descritos mais à frente neste relatório. Estas três instituições estão sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). A segunda parte do relatório apresentará uma descrição das atividades realizadas durante o período de estágio que decorreu no Serviço Cultural e Associativo do Consulado

de Paris, durante a maior parte do tempo, e pontualmente, no Centro Emissor e na Chancelaria B. Finalmente, a terceira parte dedica-se a uma investigação cujo objeto é o associativismo português em França como ligação entre a identidade cultural portuguesa e a diáspora portuguesa. Para tal, considera-se como pergunta de investigação em que medida é que o associativismo português em França pode ser considerado um elemento de ligação cultural, social e identitária a Portugal? O objectivo principal desta análise é compreender de que forma é que o associativismo português em França se constitui como um elemento de ligação da comunidade à identidade portuguesa. São também objetivos deste trabalho caracterizar a heterogénea comunidade portuguesa em França;⁵ conhecer e caracterizar as associações portuguesas em França; identificar que relação existe entre a comunidade e estas associações; identificar de que forma é que os portugueses se sentem ligados a Portugal; e, por fim, tentar compreender como é que esta relação entre a comunidade e as associações evoluiu ao longo dos anos, designadamente se há uma maior ou menor proximidade entre a comunidade e as associações. A investigação começa por, em primeiro lugar, identificar o conceito de identidade, com um foco na identidade nacional e cultural; em segundo lugar, explora o conceito de diáspora, desde a sua origem até à interpretação dada pelos vários autores nos dias de hoje e a sua aplicação ao caso português; em terceiro lugar, dedica-se a uma breve caracterização geral da emigração portuguesa no mundo e em França de forma mais particular; em quarto lugar, ao aprofundamento das dinâmicas da comunidade portuguesa em França, heterogénea porém unida pela identidade cultural portuguesa; e, por fim, à identificação do associativismo português em França e à apresentação das principais associações, o elo de ligação entre a diáspora portuguesa em França e a identidade cultural portuguesa.

Considera-se que a compreensão dos conceitos de identidade cultural, diáspora e associativismo, em conjunto com a aplicação de inquéritos a uma amostra de emigrantes em França e da observação do trabalho de algumas associações portuguesas, se apresentam como um meio adequado para atingir os objetivos definidos para esta investigação. No que diz respeito aos instrumentos metodológicos utilizados, destaca-se a aplicação de inquéritos escritos e recolhidos através de abordagem individual. Os inquéritos⁶ utilizados apresentam perguntas com uma estrutura de resposta fechada (opções “Sim” e “Não”) e também de resposta aberta. A estrutura dos inquéritos foi definida de forma a poder ser

⁵ Nesta análise entende-se que à comunidade portuguesa pertencem todos aqueles que se relacionam de alguma forma com a cultura portuguesa, não sendo requisito necessário que os indivíduos que a ela pertencem tenham nacionalidade portuguesa.

⁶ Ver formulário do inquérito no anexo 1.

feita de forma rápida, mas rigorosa, para que fosse respondida pelos utentes do CGP-Paris que voluntariamente acessem a responder. Os inquéritos foram aplicados a uma amostra de 179 pessoas de diversas idades e origens presentes no CGP-Paris, entre os dias 2 e 25 de janeiro de 2018, com ou sem nacionalidade portuguesa⁷. Recorreu-se a um dispositivo electrónico para a realização dos mesmos, uma vez que foi utilizada uma aplicação de formulários do Google que faz um tratamento automático das respostas fechadas, mostrando os resultados em números absolutos e relativos. As respostas abertas tiveram um tratamento de dados manual feito pela autora do presente relatório. As perguntas dos inquéritos estavam divididas em três partes: dados pessoais – idade, nacionalidade, origem e morada francesa -, identificação com a cultura portuguesa e, por fim, conhecimento e relação com associações portuguesas. A observação do trabalho de algumas associações portuguesas realizou-se através do acesso a dados sobre a origem e o âmbito destas e da participação em eventos das associações no CGP-Paris e fora deste.

Considera-se que este trabalho se revela pertinente no estudo da diáspora portuguesa e da identidade cultural portuguesa, na medida em que explora o papel do associativismo português como elemento de ligação entre os dois eixos referidos. Para este estudo, em muito contribuiu a realização do estágio no CGP –Paris, onde foi possível uma observação do trabalho das associações e da relação do Estado português com as mesmas – através da Direcção Geral para os Assuntos Consulares e para as Comunidades Portuguesas (DGACCP) –, bem como o acesso a uma amostra heterogénea da comunidade portuguesa em França que foi inquirida no último mês de estágio sobre estas temáticas.

⁷ Os inquéritos foram realizados a utentes do CGP-Paris com ou sem nacionalidade portuguesa; esta opção justifica-se pelo facto de se considerar nesta análise que a comunidade portuguesa é constituída por indivíduos que partilham da identidade cultural portuguesa, quer por serem cidadãos portugueses, quer por terem uma relação directa – terem nascido e crescido em Portugal – ou indirecta – serem casados com um português, serem filho de um português ou, simplesmente, falarem português – com a cultura portuguesa.

1. Enquadramento Institucional

O Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) é, segundo o Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de Dezembro que aprova a Lei orgânica deste Ministério, o departamento governamental que tem por missão formular, coordenar e executar a política externa de Portugal.

Entre as várias atribuições do MNE encontram-se previstas na Lei as seguintes: preparar e executar a política externa portuguesa, bem como coordenar as intervenções, em matéria de relações internacionais, de outros departamentos, serviços e organismos da Administração Pública; defender e promover os interesses portugueses no estrangeiro; assegurar a protecção dos cidadãos portugueses no estrangeiro, bem como apoiar e valorizar as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo; defender e promover a língua e cultura portuguesas no estrangeiro; promover a lusofonia em todos os seus aspectos e valorizar e reforçar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Este Decreto-Lei nº121/2011 foi elaborado em conformidade com o art.14º da CRP⁸.

Nestas atribuições encontramos os âmbitos de atuação das três instituições escolhidas para este relatório como pertinentes para a descrição das actividades do estágio e para a investigação proposta, uma vez que são fundamentais para a execução da política externa portuguesa.

É através da DGACCP que o Governo português procura cumprir algumas destas atribuições junto das comunidades emigrantes, como a promoção da língua e cultura portuguesas, traduzindo-se, neste caso, no apoio ao movimento associativo. Este apoio é reforçado no Decreto-Lei nº124/2017, de 27 de Setembro, que estabelece e regula as condições de atribuição de apoios pelo MNE às ações do movimento associativo das comunidades portuguesas. Neste Decreto-Lei pode ler-se que este apoio significa por parte do governo português um “espaço privilegiado de valorização de Portugal no mundo e de apoio e protecção aos portugueses, no quadro das atribuições consulares”⁹, protecção esta também prevista no art. 14º da CRP.

⁸ De acordo com a CRP (art14º) consideram-se portugueses no estrangeiro aqueles que “se encontrem ou residam no estrangeiro” gozando “da protecção do Estado para o exercício dos direitos e estão sujeitos aos deveres que não sejam incompatíveis com a ausência do país”. Constituição da República Portuguesa. Disponível em: Diário da República (online) <https://dre.pt/constituicao-da-republica-portuguesa>. [Consultado em: 20/04/2018]

⁹ Decreto-Lei n.º 124/2017 de 27 de setembro. Disponível em: Diário da República (online) <https://dre.pt/application/conteudo/108219722>. [Consultado em: 20/04/2018]

É também através das Embaixadas e, por sua vez, dos Consulados, que o Estado português procura assegurar a protecção e promover os interesses dos cidadãos portugueses no estrangeiro.

Por fim, é através do Instituto Camões que se promove a lusofonia¹⁰.

1.1.A DGACCP

A Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP) é um serviço central do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), integrado na administração direta do Estado, cuja Lei orgânica se encontra fixada pelo Decreto-Regulamentar nº9/2012, de 19 de janeiro, que define a missão, as atribuições e o tipo de organização interna, lê-se no Portal das Comunidades¹¹.

Este serviço do MNE tem por missão “assegurar a efectividade e a continuidade da sua acção nos domínios da actividade consular desenvolvida nos serviços periféricos externos e da realização da protecção consular, bem como na coordenação e execução da política de apoio à emigração e às comunidades portuguesas no estrangeiro”, lê-se no mesmo Decreto-Regulamentar nº9/2012, de 19 de janeiro.

Entre as atribuições da DGACCP estão a garantia da prestação de apoio consular aos cidadãos portugueses no estrangeiro e aos cidadãos de outros Estados-Membros da União Europeia; a orientação e supervisão da atividade dos postos consulares; a certificação da unidade da ação do Estado no domínio das relações internacionais de carácter consular e da representação do MNE nas comissões interministeriais e outros organismos nacionais; a execução de políticas dirigidas às comunidades portuguesas no estrangeiro e, em função das experiências recolhidas, a contribuição para a sua melhor definição; a conceção e proposta de programas de ação na relação com os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, em coordenação com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras e outras organizações internacionais; e, por fim, a orientação e supervisão da ação dos postos consulares em matéria de vistos, assim como participar na

¹⁰ A lusofonia é entendida como “um movimento multicultural de povos que falam a mesma língua, o português” (MARTINS, 2014: 25). O mesmo autor refere também como características da lusofonia, “a virtude do heterogéneo; a sedução de uma rede tecida de fios de várias cores e texturas, uma rede capaz de resistir a redução do diverso a uma unidade artificial” em contraposição à “homogeneização empobrecedora e de sentido único, estabelecida pela globalização cosmopolita” (MARTINS, 2014: 25).

¹¹ Portal das Comunidades (online). Disponível em: <https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/quem-somos/direcao-geral-dos-assuntos-consulares-e-das-comunidades-portuguesas/missao> [Consultado em: 20/04/2018]

negociação e na denúncia de acordos sobre vistos, circulação de pessoas e outras formalidades de fronteira (PORTAL DAS COMUNIDADES, 2018).

Entre outras competências, a DGACCP atribui, anualmente, apoios a projetos realizados por associações portuguesas no estrangeiro. Segundo o Portal das Comunidades (2018), “o associativismo constitui uma das mais importantes formas de organização social e um instrumento privilegiado para a satisfação das necessidades do ser humano, nas suas mais diversas manifestações sociais, educativas, recreativas, culturais, políticas e económicas”. De acordo com o mesmo Portal, o aumento de iniciativas e de movimentos com carácter associativo das comunidades portuguesas tem sido uma característica muito importante que tende a demonstrar, ao mesmo tempo, a permanência de um vínculo de pertença cultural às sociedades de origem e um sinal de integração nos países de acolhimento. Desta forma, os desafios que a passagem do testemunho coloca actualmente às novas gerações, “recomendam uma reflexão não só sobre a sustentabilidade das iniciativas e o rigor na atribuição dos diferentes apoios, mas também nas condições de obtenção de meios, atendendo à complexidade crescente das relações no seio das sociedades estimuladas pela globalização” (PORTAL DAS COMUNIDADES, 2018).

Desde outubro de 2017 que existe um Novo Regime Legal aos Apoios ao Movimento Associativo¹², no qual se realizaram alterações significativas no que diz respeito ao procedimento de candidatura das associações¹³.

É através das Embaixadas e Consulados que a DGACCP alcança um dos alvos deste programa de apoios: as associações portuguesas no estrangeiro. As Embaixadas e Consulados serviam, antes da publicação do Novo Regime Legal aos Apoios ao Movimento Associativo, de intermediadores entre a DGACCP e as associações, tendo a responsabilidade de rececionar as candidaturas e fazer comunicações sobre os resultados das mesmas, bem como o pedido de alguns documentos necessários a todo o processo. A partir da entrada em vigor da nova Lei, as Embaixadas e Consulados passaram a ter um papel mais ativo e de maior responsabilidade nos processos de pedidos de apoio.

¹² Nova Lei de Apoio ao Movimento Associativo - Decreto-Lei nº 124/2017, 27 de Setembro. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/108219722> [Consultado a: 02/05/2018]

¹³ Estas alterações serão descritas e explicadas na segunda parte deste relatório, que corresponde à descrição do estágio no CGP-Paris.

1.2.O Consulado Geral de Portugal em Paris

Para uma melhor compreensão do estágio curricular realizado e da investigação apresentada na terceira parte deste relatório, importa perceber o que é um Consulado, quais as suas funções, qual a sua relação e posição em relação à Embaixada e, de forma mais particular, qual a sua organização. Será, igualmente, apresentada uma breve resenha histórica do Consulado português em Paris.

1.2.1. Funções e atribuições consulares

O Consulado Geral de Portugal em Paris encontra-se, tal como previsto na Convenção de Viena sobre as Relações Internacionais de 1972, “subordinado à principal instância de representação do Estado acreditante junto do Estado acreditador” (ROCHA, 2014: 115) que neste caso é a Embaixada de Portugal em França. A Embaixada ou Missão Diplomática é o termo utilizado para fazer referência ao espaço físico onde está instalado o local de trabalho de um Embaixador ou Chefe de Missão e dos restantes funcionários, sejam eles diplomatas ou não. Por norma, o “embaixador é maioritariamente o diplomata com a posição hierarquicamente mais elevada” e a “Missão Diplomática recebe instruções e reporta ao Ministério dos Negócios Estrangeiros” (ROCHA, 2014: 184).

A Embaixada de Portugal em França, com instalações na capital francesa – localização também prevista na Convenção de Viena –, é constituída, segundo o site¹⁴ da mesma, pela seguinte equipa: Jorge Torres Pereira, como Embaixador, Carlos Pires, enquanto Ministro-Conselheiro, Ana Paula Menezes Cordeiro e Álvaro Ribeiro Esteves, como Conselheiros, Rui Paulo Almas, enquanto Conselheiro Económico e Comercial e Delegado da AICEP – Portugal Global, Carlos Silva Gomes como Oficial de Ligação do Ministério da Administração Interna, Pedro Branco Batista, como Adido de Defesa, Adelaide Cristóvão enquanto Coordenadora do Ensino Português em França, João Pinharanda, Conselheiro Cultural e Diretor do Camões IP de Paris e, por fim, André Martins, responsável pelos Assuntos Sociais e Jurídicos.

Os consulados centram “a sua ação no apoio aos cidadãos do país acreditante, bem como na promoção das relações bilaterais” (ROCHA, 2014: 113). De uma forma genérica, cabe aos consulados “a representação do Estado em regiões que não a capital do Estado

¹⁴ Embaixada de Portugal em França (online). Disponível em: <https://www.paris.embaixadaportugal.mne.pt/pt/a-embaixada/quem-somos> [Consultado a: 02/05/2018]

acreditador, em função da sua distância física à capital ou da sua relevância económica, demográfica ou, ainda, da presença de uma significativa comunidade de cidadãos nacionais ou residentes (ROCHA, 2014: 115). Estes são chefiados por um Cônsul que é um representante oficial do Governo de um Estado no território de outro Estado e que tem como missão “a proteção e assistência dos cidadãos do país do cônsul, visando igualmente, a facilitação das trocas comerciais e dos investimentos, bem como a promoção das relações amistosas entre os povos dos dois países” (ROCHA, 2014: 115). A designação de Consulado-Geral e de cônsul-geral são utilizados “num distrito consular de maior relevância” (ROCHA, 2014: 115), como é o caso do Consulado-Geral de Portugal em Paris.

Entre as funções atribuídas ao Consulado, elencadas pela Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1972, destacam-se a realização de atos notariais e a notariação de documentos, a legalização documental, a emissão de passaportes, bem como a proteção consular a favor de residentes, turistas, viajantes, investidores e empresas nas suas relações com o Estado acreditador, promovendo as relações bilaterais na área geográfica que corresponde ao distrito consular.

Segundo o Regulamento Consular Português¹⁵, elaborado em conformidade com a Convenção de Viena, os consulados gerais são, de acordo com o art.5º/nº1, dotados de autonomia funcional, tendo, no entanto, de coordenar as suas atividades com as orientações gerais das missões diplomáticas portuguesas, de modo a garantir a unidade de ação e de objetivos da política externa do Estado. No artigo 8º do mesmo Regulamento referem-se as atribuições dos postos consulares: a execução da política externa, de acordo com as orientações gerais das missões diplomáticas; a proteção dos direitos e dos legítimos interesses do Estado Português e dos seus nacionais, pessoas singulares ou coletivas, dentro dos limites permitidos pelo direito internacional e pelas leis locais; a promoção e valorização dos portugueses nos países de acolhimento; a promoção e divulgação da língua e da cultura portuguesas; a coordenação da política do ensino português no estrangeiro; a promoção e o desenvolvimento das relações comerciais, económicas, culturais e científicas entre pessoas, singulares ou coletivas, nacionais e estrangeiras; a cooperação com autoridades nacionais e estrangeiras.

¹⁵ Regulamento Consular Português, Decreto-Lei nº 71/2009. Disponível em Diário da República (online): <https://dre.pt/pesquisa/-/search/603208/details/maximized> [Consultado a: 28/04/2018]

1.2.2. História do Consulado Geral de Portugal em Paris

O Consulado Geral de Portugal em Paris existe pelo menos desde 1760, constituindo uma das mais antigas representações institucionais externas de Portugal. A documentação que comprova esta origem encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde existem cartas do Conde Aposentador-Mor sobre alguns negócios do Cônsul de França, nas quais se referia a existência de um consulado em Paris. Entre as várias figuras de destaque da sociedade portuguesa que passaram por este consulado, Eça de Queiroz é a mais proeminente, tendo exercido funções entre 1888 e 1894.¹⁶

Até se instalar no número 6 e 8 da Rue Georges Berger, no 17 *arrondissement*¹⁷, o Consulado Geral de Portugal em Paris passou por outras zonas da cidade. Em 1876, estes serviços consulares encontravam-se na Avenida de Caumartin, em Paris 9; entre 1877 e 1939, o Consulado funcionou no número 29 da Avenida Wagram, em Paris 8; de 1939 a 1965, foi no nº18 da Avenida Kléber, em Paris 16; entre 1965 e 1981, a representação portuguesa instalou-se no nº10 da Rue Edouard Fournier, no mesmo bairro; e, finalmente, entre 1981 e 1999, foi no nº187 da Rue du Chevaleret, em Paris 13, que os serviços consulares portugueses funcionaram, antes de se mudar para as atuais instalações, lê-se no *site* deste Consulado¹⁸.

Segundo os registos existentes, que não permitem precisar a data de construção dos atuais edifícios do CGP-Paris, “parece incontestável que o prédio do nº 6 foi construído em pleno período *haussmaniano* (IIº Império), ou seja, entre 1860 e 1870” (CONSULADO GERAL DE PORTUGAL EM PARIS, 2018), uma época de reconstrução deste bairro, que se transformou num bairro residencial da grande burguesia parisiense. Os terrenos que se localizavam à volta deste edifício, pertenciam à sociedade dos Irmãos Pereire, que eram políticos e homens de negócio de origem português-judaica, de grande reputação em Paris naquela época. A data de origem do edifício nº8 situa-se no início do século XX, uma vez que a sua arquitetura é típica da Arte Nova, sendo que ambos os edifícios foram adquiridos pela família Chouard em 1918. Os prédios do Consulado Geral de Portugal em Paris estão dentro do perímetro de proteção dos monumentos históricos da capital francesa. George Berger, que dá nome à rua do Consulado Português, foi um engenheiro de minas que foi

¹⁶ Consulado de Portugal em Paris (online). Disponível em: <https://www.consuladoporlugalparis.org/consulado.php> [Consultado a: 20/03/2018]

¹⁷ Ver fotos no anexo 2.

¹⁸ Consulado de Portugal em Paris (online). Disponível em: <https://www.consuladoporlugalparis.org/consulado.php> [Consultado a: 20/03/2018]

deputado e comissário geral da Exposição Universal de 1899, que habitou no prédio nº8.

Para além de Eça de Queiroz, que foi Cônsul-Geral, segundo o site do CGP-Paris, também outras personalidades da sociedade portuguesa desempenharam funções neste Consulado, como João Mouzinho da Silveira.

1.2.3. Organização (vários serviços)

O Consulado Geral de Portugal em Paris tem uma área de jurisdição que abrange todo o norte de França, uma parte do centro e algumas áreas insulares.¹⁹

Dentro desta área de jurisdição, com dependência ao CGP-Paris, existem quatro Consulados Honorários: o Consulado Honorário de Portugal em Lille, o Consulado Honorário de Portugal em Orleães, o Consulado Honorário de Portugal em Tours, o Consulado Honorário de Portugal em Rouen.

Para além dos Consulados Honorários, existem igualmente presenças consulares em várias cidades francesas, nas quais alguns funcionários do CGP-Paris se deslocam para prestar serviços às comunidades portuguesas que vivem mais distantes do Consulado.

Lê-se no *site* do CGP-Paris que “podem beneficiar deste serviço descentralizado, todos os cidadãos portugueses que precisem de tratar de assuntos de natureza consular, sendo dada preferência aos que exigem a presença dos interessados, tais como: Cartão de Cidadão; Passaporte; procurações (após contacto prévio com o Serviço de Notariado); reconhecimentos de assinatura; registos de nascimento; processos preliminares para casamento” (CONSULADO GERAL DE PORTUGAL EM PARIS, 2018).

Dentro do CGP-Paris, existe uma equipa de cerca de 60 funcionários²⁰ distribuídos pelos vários serviços. O Serviço de Cartão de Cidadão ou Chancelaria-A é o serviço onde os portugueses podem fazer o seu Cartão de Cidadão com marcação presencial, telefónica ou *online*; o Serviço de Passaportes é onde se fazem os passaportes, se entregam os mesmos e se concedem vistos em conjunto com o serviço jurídico e social; o Espaço do Cidadão ou Chancelaria-B é um serviço abrangente onde se podem tratar de inúmeros documentos, bem como títulos de viagem, recenseamento eleitoral, recenseamento militar

¹⁹ Ver mapa da área de jurisdição no anexo 3.

²⁰ Pereira, Carlos (2017). *Luso Jornal*, 5 de Setembro de 2018. Disponível em Luso Jornal (online): < <https://lusojornal.com/2017/09/05/rosa-teixeira-ribeiro-ha-funcionarios-consulares-sem-cobertura-social/> > [Consultado a: 29/05/2018]

ou legalizações de viaturas; o Centro Emissor, onde chegam os Cartões de Cidadão e os Passaportes vindos de Portugal e onde são validados antes de serem entregues; o Serviço Cultural e Associativo dedica-se aos eventos culturais do Consulado e à relação das associações portuguesas com o Estado português; o Secretariado dedica-se a todas as questões de apoio administrativo ao Cônsul-Geral; o Registo Civil, onde se podiam fazer certidões de nascimento, de casamento e de óbito; o Notariado, onde se trata de procurações; os Tribunais, cuja competência é a de fazer com que os portugueses que se deveriam apresentar em Tribunal em Portugal, participassem em julgamentos ou audiências de forma remota, *online*, bem como ajudar a encontrar o paradeiro de portugueses desaparecidos; e, por fim, o Serviço Jurídico-Social, que presta auxílio jurídico e social aos portugueses que o solicitem.

1.2.3.1. Serviço Cultural e Associativo

O Serviço Cultural e Associativo era composto, durante o período de estágio, por apenas um funcionário que era, simultaneamente, chefe de serviço: o Dr. Miguel da Costa. A este serviço cabe a gestão dos eventos que se realizam nos salões Eça de Queiroz – serviço Cultural – e a gestão das questões relacionadas com as associações portuguesas da área de jurisdição do Consulado de Paris – Serviço Associativo.

Os eventos realizados no Consulado podem ser de várias naturezas como lançamentos de livros ou revistas, encontros, debates e exposições. O principal critério para a escolha destes eventos, na sua maioria propostos por pessoas ou entidades externas ao CGP-Paris, é promover uma ligação com a comunidade portuguesa em França. Isto significa que o evento teria de estar relacionado com a emigração portuguesa ou que o artista ou personalidade que apresenta o seu trabalho tenha também ela de ter uma relação com França.

Os assuntos relacionados com as associações portuguesas e que estão no âmbito de responsabilidade do CGP-Paris, são a gestão das candidaturas aos apoios ao movimento associativo da DGACCP, cujo procedimento será descrito na segunda parte deste relatório.

Inerente a estes dois serviços estava a gestão da comunicação do Consulado, quer pela ajuda à organização dos eventos, quer pelo trabalho de relações públicas junto da comunidade portuguesa, feita em grande parte através das associações. Adicionalmente cabia também a este serviço a gestão conjunta do *site* e do *Facebook* com a supervisão de

funcionários hierarquicamente superiores.

1.3.O Instituto Camões

O Camões – Instituto da Cooperação e da Língua é um instituto público sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio”, lê-se no Decreto-Lei n.º 21/2012 de 30 de janeiro²¹. O Instituto Camões tem sede em Lisboa, mas também desenvolve a sua ação no exterior, integrado nas missões diplomáticas e postos consulares, nomeadamente através da rede de ensino português no estrangeiro, nos termos do art.2º do mesmo Decreto-Lei.

Uma das missões do Instituto Camões é “propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política”; é igualmente um objetivo deste instituto “propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário”, lê-se no art.3º da mesma legislação.²²

No *site* do Instituto Camões, pode-se ler que a política de cooperação portuguesa “tem em atenção as novas oportunidades e desafios nacionais e internacionais, bem como os compromissos assumidos internacionalmente, devendo estar alinhada e ser instrumental para os interesses nacionais e responder de forma eficaz e estruturante aos objetivos e prioridades dos países terceiros”.²³ Isto significa que a cooperação deve ser entendida como “um investimento e não uma despesa, como desenvolvimento e não ajuda, que deve complementar e reforçar outras vertentes da política externa, nomeadamente a diplomacia económica e a ação cultural externa, com vantagens mútuas” (INSTITUTO CAMÕES, 2017).

Assim, de forma a concretizar este investimento, este instituto tem variados recursos distribuídos pelo mundo, no âmbito da Cooperação, Língua e Cultura

²¹ Instituto Camões (online). Disponível em Diário da República (online): http://www.instituto-camoes.pt/images/legislacao/dl21_2012_lo_camoes.pdf [Consultado a: 23/03/2018]

²² Instituto Camões (online). Disponível em Diário da República (online): http://www.instituto-camoes.pt/images/legislacao/dl21_2012_lo_camoes.pdf [Consultado a: 23/03/2018]

²³ Instituto Camões (online). Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-portuguesa> [Consultado a: 23/03/2018]

portuguesas, entre eles: Coordenações de Ensino Português no Estrangeiro, Escolas e Centros Associados, Centros de Língua, Cátedras, Leitorados, Centros Culturais Portugueses e Adidos da Cooperação.

Relativamente ao ensino de português em França, a língua é ensinada nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico por professores colocados pelo Camões, I.P.. O ensino da língua pode ter lugar integrado no currículo escolar dos alunos ou ocorrer em horário pós-letivo. Em qualquer dos casos, trata-se de dispositivos oficiais do Ministério da Educação francês levados a cabo em parceria com o Camões I.P., de acordo com o Protocolo de Cooperação Educativa assinado em 2006 entre o Ministério da Educação Nacional do Ensino Superior e da Investigação da República Francesa e o Ministério da Educação da República Portuguesa (EPEFRANCE, 2018)²⁴.

A continuidade do ensino é assegurada nos 2º e 3º ciclos do ensino básico (*collège*) e no ensino secundário (*lycée*), pelo Ministério da Educação francês, tal como está previsto no Protocolo. Porém, nas localidades onde não existe essa continuidade, o Camões coloca professores em associações que queiram colaborar através da disponibilização de espaço e materiais para os alunos dos 2º e 3º ciclos continuarem a aprendizagem da língua portuguesa (EPEFRANCE, 2018).

Da parte francesa, há também um dispositivo de ensino de línguas estrangeiras que funciona em parceria com Portugal, as denominadas ‘Secções Internacionais’. Na região parisiense existem ao todo 6 secções internacionais portuguesas – de um total de 23 em França – a funcionar em estabelecimentos de ensino franceses onde se leciona um complemento curricular em português desde o primeiro ao último ano do ensino obrigatório. “Trata-se de um ensino de excelência que abre perspetivas mais amplas aos alunos que o frequentam, quer no convívio multicultural com alunos de outras secções, quer na aquisição de competências linguísticas e culturais” (EPEFRANCE, 2018). Para além do horário curricular francês, os alunos têm quatro horas de língua e literatura portuguesa e duas horas de história e geografia em português, sendo os professores de História e Geografia e a maioria dos professores de Língua e Literatura colocados pelo Camões. (EPEFRANCE, 2018)

Já no ensino superior, o Instituto Camões apoia 16 universidades francesas no ensino de português abrangendo 4.800 estudantes, através de protocolos assinados com as

²⁴ EPEFRANCE – Coordenação do Ensino Português em França (online). Disponível em: <http://www.epefrance.org/> . [Consultado a: 24/03/2018]

universidades. (EPEFRANCE, 2018)

O primeiro “Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Francesa” data de 1970. Em 2006 é celebrado o Protocolo de Cooperação Educativa entre o Ministério da Educação Nacional do Ensino Superior e da Investigação da República Francesa e o Ministério da Educação da República Portuguesa. (EPEFRANCE, 2018)

O Instituto Camões constitui um meio para a execução da política externa portuguesa. A promoção da Língua Portuguesa e da cultura portuguesa, a par do seu ensino, fazem parte das atribuições do MNE – já abordadas na introdução deste relatório. É a língua e a cultura que se traduzem na ligação da comunidade portuguesa ao seu país e cultura de origem, como veremos mais adiante na terceira parte deste relatório de forma mais teórica, e como veremos de forma mais prática na segunda parte do relatório, uma vez que foi parte fundamental do estágio realizado no CGP-Paris, onde o contacto com eventos culturais e com as associações portuguesas, muitas delas na organização destes eventos e no ensino da língua portuguesa, foi constante e permitiu uma observação directa desta realidade.

2. Descrição das atividades do estágio curricular no Consulado Geral de Portugal em Paris

O estágio curricular realizado no Consulado Geral de Portugal em Paris faz parte de um programa de estágios do MNE, que são geridos pelo Instituto Diplomático (IDi): o Programa de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros (PECMNE). Este programa, cujos estágios podem ser realizados nos serviços internos e externos do MNE, é destinado a estudantes do ensino superior e tem como objetivo proporcionar “a oportunidade de conhecer o funcionamento da diplomacia e ação externa de Portugal” (PORTAL DIPLOMÁTICO, 2018)²⁵ e permitem facilitar a obtenção de créditos universitários e a elaboração de relatórios de estágio para a obtenção do grau de mestre.

A instituição e serviço onde o estágio decorreu – Serviço Cultural e Associativo do Consulado Geral de Portugal em Paris – foram escolhidos por se tratar de um serviço externo, num país francófono, e num serviço que se relacionava com as duas áreas de formação da estagiária: Ciências da Comunicação e Ciência Política e Relações Internacionais. As funções a desempenhar previstas pelo IDi eram: apoio à comunicação *online* e *offline* – convites, emails, site, *facebook*, *twitter* –, planeamento e organização de eventos culturais, criação e manutenção de base de dados com informação relativa à comunidade portuguesa.

2.1.O Serviço Cultural e Associativo

Inerente ao Serviço Cultural estava a selecção, apoio na organização, divulgação e gestão de eventos culturais propostos por entidades e pessoas externas ao Consulado, cujos salões ou espaço de exposição eram cedidos por esta instituição. Os dois espaços do GCP-Paris destinados à realização deste tipo de eventos são os salões Eça de Queirós²⁶ e o Espaço Nuno Júdice²⁷, coincidindo este último com a Chancelaria A. O critério mais decisivo para a escolha destes eventos é haver uma ligação com a comunidade portuguesa em França. Para além dos eventos pontuais, que todos os anos surgem como novidade, o GCP-Paris costuma disponibilizar os seus salões para os eventos de algumas associações e

²⁵ Portal Diplomático (online). Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/carreiras-e-oportunidades/estagios-do-mne> [Consultado a: 04/04/2018]

²⁶ Ver fotos no anexo 4.

²⁷ Ver fotos no anexo 4.

órgãos de comunicação já conhecidos da comunidade portuguesa e do Consulado. São exemplo desses anfitriões a Associação CAP Magellan, a Lusopress, a Santa Casa da Misericórdia de Paris. Internamente, todos os anos se realiza a reunião do Conselho Consultivo da área de jurisdição do Consulado Geral de Portugal em Paris.

Já o Serviço Associativo dedica-se à gestão das questões relacionadas com o movimento associativo português da área de jurisdição do Consulado de Paris, havendo conhecimento de 430 associações portuguesas na sua área de jurisdição. O Governo português, através da DGACCP, atribui anualmente apoios financeiros às associações que se candidatam a estes subsídios. O trabalho consular que envolve estas candidaturas e apoios está dividido em processos, um por cada candidatura. No período de estágio, foram objeto de trabalho a parte final dos 36 processos de 2017 e a parte inicial dos 45 de processos de 2018, cujo regulamento e procedimento teve alterações significativas de um ano para o outro.

2.2. Actividades realizadas no Serviço Cultural

As actividades realizadas no contexto do Serviço Cultural foram essencialmente de apoio na logística e na comunicação dos eventos realizados nos espaços dedicados a tal no CGP-Paris.

O 1º Encontro de Investigadores em França

O 1º Encontro de Investigadores Portugueses em França realizou-se no dia 30 de setembro de 2017, nos salões Eça de Queirós do CGP-Paris. O evento foi organizado pela *Association des Diplomés Portugais en France* (AGRAFr) e teve como oradores Graça Raposo do *Institut Curie*, Nuno Ferrand de Almeida da Universidade do Porto e David Marçal, da rede GPS.PT. O debate cujo tema foi “Portugal e França: a Ciência e a Sociedade” foi moderado por Ana Rita Furtado, presidente da associação.

Fez-se o apoio do evento na fotografia e na logística, nomeadamente na organização do espaço para o público e para os oradores.²⁸

Inauguração da Exposição “Singularités du Blanc”

A exposição “Singularités du Blanc” do artista português João Moniz foi inaugurada no Espaço Nuno Júdice do CGP-Paris, no dia 4 de outubro de 2017.

²⁸ Ver fotos no anexo 5.

Este evento foi apoiado na divulgação do mesmo através da elaboração de um convite e do envio do mesmo para toda a rede de contactos do Consulado, da distribuição e logística das obras pelo espaço de exposição e da fotografia.²⁹

Lançamento do livro “Nem Tudo Acontece Por Acaso”

O romance “Nem Tudo Acontece Por Acaso” do escritor português Manuel do Nascimento foi apresentado nos salões Eça de Queirós do CGP-Paris, no dia 19 de outubro. O romance, editado pelas Edições Colibri, tem uma componente histórica que envolve a emigração portuguesa.

Mais uma vez, o apoio que o Consulado deu ao evento relacionou-se com a logística do espaço, com a elaboração e difusão do convite, e com a fotografia.³⁰

Lançamento da revista “JG | Jumelages – Geminações”

A revista “JG | Jumelages – Geminações” foi apresentada nos salões Eça de Queirós do CGP – Paris, no dia 17 de novembro de 2017, pelo jornalista da Rádio Alfa, Ricardo Rodrigues. O objetivo da publicação é o de divulgar informação sobre protocolos, actividades culturais, sociais e desportivas das cidades portuguesas e francesas unidas através de geminações.

O Consulado apoiou este evento na elaboração e difusão do convite, na fotografia e na logística do espaço.³¹

Lançamento do livro “10 nomes, 10 histórias”

O lançamento da 3ª edição do livro “10 nomes, 10 histórias” produzido pelo LusoPress, um dos maiores meios de comunicação portugueses que se dedica à comunidade portuguesa em França e na Bélgica, realizou-se no dia 24 de novembro de 2017. O livro reúne histórias de 10 portugueses que se destacaram em França.

O evento foi apoiado pelo Consulado através da divulgação do mesmo, da logística do espaço e da fotografia.³²

Outros eventos

Assistiu-se à realização de outros eventos, cuja intervenção do Consulado na sua organização não foi tão proeminente ou foi direcionada para um público mais restrito,

²⁹ Ver fotos no anexo 6.

³⁰ Ver convite e fotos no anexo 7 e 8.

³¹ Ver convite e fotos no anexo 9 e 10.

³² Ver fotos no anexo 11.

mas que se realizaram também durante o tempo de estágio nos salões Eça de Queirós. São exemplo o evento realizado pelo Consórcio “Tâmega e Sousa internacionaliza”, que se traduziu numa ação promocional do território e dos produtos da região do Tâmega e Sousa, a 12 de outubro 2017; o encontro com o Cardeal Patriarca D. Manuel Clemente no dia 13 de outubro 2017, no âmbito das comemorações do centenário de Fátima; e o evento de atribuição de bolsas a estudantes por parte da companhia de seguros Império e da Associação CAP Magellan, a 9 de dezembro 2017.³³

2.3.Actividades realizadas no Serviço Associativo

As actividades realizadas no contexto do Serviço Associativo foram de auxílio à gestão dos processos de candidatura das associações portuguesas em França aos apoios financeiros da DGACCP – Regime Legal de Apoios ao Movimento Associativo. O trabalho prestado foi essencialmente de contacto com os dirigentes associativos para comunicar os progressos das candidaturas e de solicitação de documentos nas várias fases dos processos.

2.3.1. Processos 2017

Segundo o Despacho nº16 155/2005 (2.ª série)³⁴ que vigorou até ao final de Setembro de 2017, e pelo qual se regeram os processos de candidatura e atribuição de apoio ao associativismo português durante o ano de 2017, a DGACCP deveria apoiar prioritariamente as acções do movimento associativo, que contribuam para os seguintes objectivos: a) Promover a integração social, escolar, cultural e política dos jovens lusodescendentes; b) Reforçar a ligação dos portugueses residentes no estrangeiro à vida social, política, cultural e económica dos países onde residem; c) Promover e divulgar a língua e cultura portuguesas no estrangeiro; d) Aprofundar o estudo das questões conexas com a emigração e comunidades portuguesas; e) Reforçar os laços de solidariedade entre os membros de uma determinada comunidade, nomeadamente com os idosos e carenciados; f) Estimular e consolidar os vínculos de pertença à cultura portuguesa.

Adicionalmente pode-se ler no mesmo Despacho que poderiam candidatar-se a

³³ Ver fotos no anexo 12.

³⁴ Regulamento de atribuição de apoio pela DGACCP – Despacho nº16 155 (2ª série). Disponível em: http://www.secomunidades.pt/pdfs/regulamento_de_atribuicao_de_apoios_pela_dgaccp.pdf [Consultado a: 20/05/2018]

estes apoios as “associações e federações das comunidades portuguesas legalmente constituídas, sem fins lucrativos ou partidários, cuja actividade vise o benefício sócio-cultural das referidas comunidades”.

Durante o período de estágio, que começou em Setembro de 2017, já as candidaturas tinham sido efectuadas apesar de o Despacho não impor nenhuma data geral para as candidaturas, exigindo apenas que fossem entregues até 90 dias antes do início do projeto ou da ação. É, portanto, na atribuição de apoios e na comunicação dos mesmos, bem como no pedido dos documentos exigidos após atribuição de subsídios, que o estágio curricular começa.

Segundo o art.9º do referido Despacho, a entrega do apoio atribuído é efetuada “por intermédio do consulado da área, mediante a assinatura obrigatória de documento comprovativo”. Assim, o CGP-Paris pede o *Relevé d'Identité Bancaire* (RIB)³⁵ ao proponente cuja candidatura é aceite e entrega-se o número ao contabilista do posto consular para que a transferência seja efetuada. Após o Consulado receber o comprovativo de pagamento, um documento que é enviado para a associação preencher, assinar, carimbar e devolver o original por correio ou presencialmente ao posto consular, é emitido um parecer que é enviado por mala diplomática para Lisboa, para a DGACCP.

O CGP-Paris faz igualmente o pedido do relatório final sobre as actividades às associações que, nos termos do art.10.º do Despacho nº16 155/2005 (2ª série), “são obrigadas a apresentar, no prazo de 45 dias a contar do termo da ação, iniciativa ou projeto apoiado, à DGACCP um relatório final, de onde constem todos os elementos de natureza qualitativa e quantitativa necessários à análise e avaliação dos resultados obtidos e da boa aplicação do apoio concedido”. O relatório final é um formulário com opção de preenchimento manual ou electrónico disponibilizado pela DGACCP, que era enviado para as associações quando o pedido de preenchimento era feito. As associações podiam devolver o relatório por *email*, já digitalizado.³⁶

O envio do relatório final para a DGACCP segue o mesmo procedimento do comprovativo de pagamento, também com um despacho de concordância do Consulado, a fim de ser avaliado e de ser feito o devido controlo.

Neste relatório final era necessário fazer uma descrição geral do projeto,

³⁵ Número bancário equivalente ao *International Bank Account Number* (IBAN)

³⁶ Ver formulário no anexo 13.

incluindo uma breve caracterização do tema da ação, quais as atividades executadas, a caracterização dos participantes, um balanço da actividade e a descrição do tipo de divulgação feita para promover o projeto. Na parte da prestação de contas, era requerido que se descriminassem os custos e as receitas da associação e que se apresentasse o resultado da receita total. As associações eram livres de anexar as informações que achassem pertinentes, como relatórios de contas, fotos e relatórios mais detalhados das actividades.

2.3.2. A nova Lei do Apoio ao Movimento Associativo

A nova Lei do Apoio ao Movimento Associativo veio trazer inúmeras mudanças à forma como se fazem os pedidos de atribuição de apoios – com uma documentação muito mais detalhada e precisa – e à forma como são atribuídos os mesmos, uma vez que tanto o tipo de projeto, como o tipo de pedido de apoio, sofreram profundas alterações tanto para os proponentes – as associações – como para os postos consulares, que passaram de meros intermediários a agentes com responsabilidade sobre a qualidade das candidaturas e dos processos de pedido de apoio.³⁷

Falamos do Decreto-Lei nº124/2017, de 27 de Setembro, que estabelece e regula as condições de atribuição de apoios pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros às ações do movimento associativo das comunidades portuguesas. Tal como se pode ler na introdução, a sua criação e substituição ao anterior despacho, que regulava a mesma matéria, justifica-se pela necessidade de “disciplina de atribuição de apoios sustentada na avaliação e do rigor na avaliação e aplicação dos recursos públicos ao serviço do movimento associativo, em consonância com os princípios gerais que regem a concessão de subvenções públicas”³⁸.

2.3.3. As formações da DGACCP

A nova Lei entrou em vigor a 28 de Setembro - o dia seguinte à sua publicação -, e estabeleceu pela primeira vez um prazo específico de candidaturas, previsto entre 1 de

³⁷ Ver novo formulário de candidatura no anexo 14.

³⁸ Nova Lei do Apoio ao Movimento Associativo - Decreto-Lei nº 124/2017, de 27 de Setembro. Disponível em Diário da República (online): <https://dre.pt/application/conteudo/108219722> [Consultado a: 15/04/2018]

outubro e 31 de dezembro do mesmo ano. Este prazo, ainda que bastante alargado, de forma a permitir a recolha de toda a documentação necessária para a apresentação das novas candidaturas e respectivo acompanhamento, avaliação e publicação de parecer por parte dos postos consulares, será apenas suficiente para os anos que se vão seguir. Isto significa que, a entrada em vigor do Decreto-Lei e o início do prazo de candidatura foram demasiado próximos para as mudanças profundas que se verificaram e não permitiram uma preparação atempada aos proponentes, muitas vezes com naturais dificuldades de interpretação da língua portuguesa, agravada pela linguagem jurídica da legislação publicada.

Para colmatar estas dificuldades e o curto espaço de tempo de candidatura, a DGACCP realizou 2 formações com o objetivo de explicar a nova Lei e esclarecer as questões dos dirigentes associativos e dos funcionários consulares. As formações, efetuadas por videoconferência em conjunto com outros postos consulares portugueses no mundo, realizaram-se no dia 10 e 22 de novembro 2017.

O conteúdo das duas formações recaiu num esclarecimento mais aprofundado de quais as despesas que seriam elegíveis e que tipo de projetos teria mais probabilidade de serem financiados. As questões dos dirigentes e membros das associações centraram-se na preocupação com quem não entende a linguagem jurídica portuguesa, uma vez que a maioria vive há décadas fora de Portugal e tem baixa escolaridade; que tipo de apoio é que estas pessoas teriam para além daquelas formações que eram apenas resumo do que estava publicado no Decreto-Lei; e a conclusão de que seriam os funcionários consulares que teriam a responsabilidade, ainda que implícita, de ajudar estas pessoas para que a probabilidade das suas candidaturas serem aprovadas fosse mais alta.

A primeira formação – de 10 de novembro de 2017 – foi mais descritiva do que explicativa, o que deixou os membros das associações mais apreensivos e receosos de que as suas candidaturas não fossem bem-sucedidas. A segunda formação – realizada a 22 de novembro de 2017 – foi mais explicativa e os funcionários da DGACCP que estavam a dar a formação deram mais exemplos concretos do que seria uma candidatura bem ou mal sucedida, deixando os participantes mais satisfeitos com os esclarecimentos.

Apesar dos esforços da DGACCP, a verdade é que as datas das formações foram demasiado tardias, uma vez que o prazo de candidatura terminaria a 31 de dezembro de 2017 e, pelo meio, estaria um mês demasiado atarefado para todos, tanto por ser uma

época festiva, como por ser uma época de grande afluência no CGP-Paris (o número de utentes chegou aos 600 em apenas um dia na semana entre o Natal e o Ano Novo) e, na qual, muitos funcionários são destacados dos seus serviços habituais para se aumentar o atendimento ao público. Isto, adicionado ao facto de os membros associativos terem contado com o apoio do Consulado para eventuais retificações às candidaturas antes de estas serem aceites para parecer consular definitivo, tornou todo o processo bastante trabalhoso. Ao todo foram recepcionadas 45 candidaturas em três semanas (as três últimas do mês de dezembro), significando mais cerca de 10 do que no ano anterior, num período de tempo muito menor. Todas estas candidaturas teriam de seguir por mala diplomática para a DGACCP até ao dia 15 de janeiro de 2018, já devidamente avaliadas e acompanhadas por um parecer consular.³⁹ Entre a última formação e o fim do prazo de candidaturas decorreram apenas 5 semanas.

2.3.4. Processos 2018

Os processos de 2018 no Serviço Associativo foram mais numerosos e complexos. O tempo de estágio realizado permitiu apenas assistir à parte inicial, a das candidaturas.

O facto de terem sido mais numerosos, o que à partida não seria de esperar, uma vez que o prazo de candidatura foi curto, explica-se por uma das principais alterações que a nova Lei trouxe. Uma associação que se quisesse candidatar aos apoios da DGACCP, apenas o poderia fazer com um projeto, onde tudo estivesse previsto. Isto é, a cada projeto teria de corresponder uma candidatura o que, em alguns casos, multiplicou o número de candidaturas de algumas associações que tinham como hábito fazer uma candidatura anual para as suas várias actividades. Foi o caso da Santa Casa da Misericórdia de Paris que, em 2017, apenas apresentou uma candidatura na qual fazia um pedido de apoio para todas as suas actividades, apresentando posteriormente um relatório anual e, em 2018, de forma a garantir que todas estas actividades fossem apoiadas, apresentaram não uma, mas 3 candidaturas. O mesmo sucedeu com outras associações.

³⁹ Artigo 6.º - Parecer – “As candidaturas apresentadas carecem de parecer do posto consular ou da secção consular da embaixada territorialmente competente, o qual deve ser emitido no prazo de 15 dias a contar da data da receção da candidatura no posto consular ou secção consular da embaixada.” Nova Lei do Apoio ao Movimento Associativo - Decreto-Lei nº 124/2017, de 27 de Setembro. Disponível em Diário da República (online): <https://dre.pt/application/conteudo/108219722> [Consultado a: 15/04/2018]

A complexidade destes processos resultou igualmente da nova Lei que passou a exigir uma quantidade maior de documentação a acompanhar a candidatura. As novas candidaturas, para além do registo e credenciação e formulário de candidatura, teriam de ser acompanhados pelos seguintes documentos: de um orçamento global, do qual conste a estimativa de custos e receitas, incluindo os apoios de outras entidades, nacionais ou estrangeiras, quando existam, de modo a permitir a avaliação da viabilidade do projeto; um plano de atividades calendarizado e orçamento do ano para o qual se solicita o apoio, aprovados e assinados pelos órgãos sociais; um relatório de atividades e contas relativas ao ano anterior ao da apresentação da candidatura, aprovados e assinados pelos órgãos sociais; certidões comprovativas de situação contributiva e tributária regularizadas, quando aplicável, ou de consentimento para consulta da situação tributária ou contributiva regularizada; uma declaração, sob compromisso de honra, de não condenação da pessoa coletiva ou dos titulares dos seus órgãos sociais por factos relativos à prossecução do seu objeto, por sentença transitada em julgado, nos cinco anos que precedem a candidatura, nos termos constantes do formulário de candidatura; declaração, sob compromisso de honra, da veracidade das informações prestadas, nos termos constantes do formulário de candidatura; programa do projeto, com cronograma.

Foi ao CGP-Paris que coube a verificação de toda esta documentação, avaliação e envio da mesma juntamente com um parecer consular, algo que não era obrigatório na antiga lei.⁴⁰

2.3.5. Os inquéritos às associações

Outra tarefa que o Serviço Cultural e Associativo tinha e que era de grande importância para se ter informações atualizadas sobre as associações portuguesas da área de jurisdição do CGP-Paris era a realização de inquéritos anuais às associações, com o objetivo de atualizar as bases de dados existentes e de melhor informar o movimento associativo, não só dos eventos do consulado, mas também sobre informações de grande relevância como foi o caso da entrada em vigor da Nova Lei de Apoio ao Movimento Associativo.

Estes inquéritos eram realizados através do envio de uma carta e eram

⁴⁰ Ver quadro comparativo relativo à fase de candidaturas dos dois regulamentos no anexo 15.

preenchidos manualmente. A partir de 2017, passaram a ser electrónicos, através de um formulário Google, e enviados através de *email*. Antes do envio dos mesmos, houve um trabalho de telefonemas diários para confirmação de moradas e *emails*. Chegou-se à conclusão de que muitas associações e dirigentes associativos não tinham uma conta de email, o que iria dificultar o envio dos inquéritos para estas pessoas, para além de não receberem as comunicações regulares do CGP-Paris, alienando-as daquilo de que poderiam beneficiar por parte do governo e comunidade portuguesa. Para acompanhar o email onde se enviou a ligação para o formulário *online*, realizou-se um vídeo explicativo com voz e com todos os passos necessários para responder ao inquérito, de forma a poder ajudar quem estaria a responder a este tipo de questionários online pela primeira vez. O primeiro *email* foi enviado no dia 20 de dezembro de 2017 e, um mês depois, a 19 de janeiro de 2018, o Consulado já tinha recebido 50 respostas ao inquérito de um universo de 314 associações que tinham um endereço de email.

2.4 A comunicação do Consulado

Fez-se a atualizações das informações relativas às associações portuguesas no site do CGP-Paris, a publicitação dos eventos futuros no consulado com os respetivos convites, a elaboração e publicação de notícias no site após a realização desses eventos e a publicação de informações relevantes para a comunidade portuguesa.⁴¹

Para além destes meios, o CGP-Paris também participava uma vez por mês na Rádio Alfa, uma rádio parisiense falada em português, localizada na cidade de Créteil, nos arredores de Paris. No ar desde 5 de outubro de 1987, e dirigida à comunidade portuguesa em França, esta rádio “desempenha um papel fundamental na manutenção e promoção da identidade lusa em terras gaulesas” (PORT.COM, 2018: 50). Na primeira terça-feira de cada mês realiza-se o programa “Espaço Consulado”, onde o chefe do Serviço Cultural e Associativo, que se deslocava aos estúdios da rádio, falava sobre informações importantes para os utentes do CGP-Paris, nomeadamente que serviços é que exigiam marcação prévia, que serviços é que exigiam ter uma senha, quais os horários das distribuições de senhas, que documentações seria necessário levar para tratar de determinados assuntos ou, por exemplo, que o Cartão de Cidadão passaria a ter a validade de 10 anos. Nas três vezes em que se foi à Rádio Alfa durante o período de estágio, falou-se sobre o tema do

⁴¹ Ver ligações para notícias publicadas no *site* oficial do CGP-Paris no anexo 16.

recenseamento militar, uma vez que a maioria dos jovens portugueses a viver em França teriam de pedir a dispensa do dia da Defesa Nacional até ao final do ano se completassem 18 anos nesse ano civil, informando mais uma vez que documentos seriam essenciais apresentar. Falou-se também do Consulado em Casa, ou seja, que documentos é que podiam ser requeridos a partir de casa, sem haver necessidade de os utentes se dirigirem a Paris. Este é um meio de comunicação essencial para o CGP-Paris conseguir fazer chegar informações à população de emigrantes de uma faixa etária mais envelhecida e que não usa a internet e que, portanto, de outra forma não conseguiria aceder a este tipo de proximidade virtual com o Consulado.

2.5. O Centro Emissor e a Chancelaria B

Apesar do estágio se ter realizado maioritariamente no Serviço Cultural e Associativo, foi dada pontualmente ajuda no Centro Emissor e na Chancelaria B.

O Centro Emissor é um serviço constituído apenas por uma pessoa e que tem como principal foco a validação dos Cartões de Cidadão e dos Passaportes. Este serviço recebia os documentos vindos de Lisboa, procedia à sua confirmação, validação e organização por ordem alfabética. Estes documentos eram arrumados num pequeno arquivo de outra sala, na zona da entrega de cartões e passaportes, de forma a serem entregues com a máxima rapidez e organização.

A Chancelaria B, ou Espaço do Cidadão, é o serviço que se dedica à elaboração de documentos de várias naturezas e ao atendimento de utentes que os solicitam. O atendimento deste serviço é feito mediante a apresentação de uma senha e o fluxo de utentes é muito variável. Um dos documentos que mais se produziu foi o Título de Viagem Único (TVU) que é um documento que permite que os portugueses em França viagem para Portugal uma única vez, como documento de identificação. O TVU serve para substituir o Cartão de Cidadão ou Passaporte em casos de roubo, de caducidade ou de perda. A maior parte dos casos eram turistas portugueses que tinham perdido os documentos ou sido roubados. Para a emissão deste documento era necessária uma autorização que era feita por *email* a Portugal, uma vez que há cidadãos que podem não estar autorizados a viajar sem documento de identificação. É o caso dos cidadãos

contumazes⁴² ou, como foi o caso de um utente, quando alguém já fez demasiados pedidos de TVU.

Na Chancelaria B preenche-se também Autorizações de Saída de Menores do Território para crianças e adolescentes menores de 18 anos que viagem sem os pais ou sem um dos pais no caso de viajarem apenas com um dos dois.

Faz-se igualmente o Recenseamento Militar, que implica o pedido de dispensa do dia da Defesa Nacional por residência no estrangeiro ou por cumprimento do mesmo dever noutro país, no caso dos jovens com dupla nacionalidade. Era também pedida uma justificação nos casos dos jovens que estavam em incumprimento. Para muitos destes jovens estes documentos eram essenciais para fazerem alguns exames de acesso às universidades franceses.

No Espaço do Cidadão faz-se também reconhecimentos de assinaturas. Estes reconhecimentos podiam ser simples no caso procurações, declarações e de pedidos de nacionalidade, mas também podiam ser com menção especial no caso de traduções feitas por tradutores ajuramentados junto de alguns tribunais franceses. No caso dos pedidos de reconhecimento de assinatura para fins de obtenção da nacionalidade portuguesa, os utentes eram maioritariamente de países africanos de língua portuguesa, nomeadamente de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. Houve um caso particular de acesso privilegiado à nacionalidade portuguesa: um marroquino descendente de sefarditas portugueses.⁴³ Uma das maiores dificuldades neste serviço e, particularmente no reconhecimento de assinaturas de declarações e procurações, foi o facto de se ter atendido muitos utentes pouco literados ou até analfabetos, que apenas sabiam assinar. Na maior parte dos casos, estas pessoas não sabiam explicar o que queriam, apenas sabia que precisavam de um documento do Consulado, ou não sabiam preencher os documentos.

As atividades realizadas durante o estágio no CGP-Paris permitiram, mais do que pôr em prática alguns conhecimentos já adquiridos pela estagiária durante a

⁴² Um cidadão contumaz é, juridicamente, um indivíduo se recusa a comparecer perante um juiz ou tribunal.

⁴³ Art. 6º, nº7 – “O Governo pode conceder a nacionalidade por naturalização, com dispensa dos requisitos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses, através da demonstração da tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, com base em requisitos objetivos comprovados de ligação a Portugal, designadamente apelidos, idioma familiar, descendência direta ou colateral.” Lei da Nacionalidade - Lei orgânica nº9/2015, de 29 de julho Disponível em Diário da República (online): <https://dre.pt/application/conteudo/69889521> . [Consultado a: 15/06/2018]

formação académica, aprender a realidade de uma panóplia de assuntos relativos à vida consular. Estas realidades de que se fala são, sobretudo, o contacto com a comunidade portuguesa em França – através dos utentes do consulado e das associações. Este contato tanto direto como indirecto, permitiu que se percebesse qual a relação que o Estado português tem com os portugueses residentes no estrangeiro, seja através de apoio em assuntos burocráticos como de apoio cultural, jurídico ou social.

3. O associativismo português em França como elemento de ligação identitária a Portugal

A investigação exposta nesta componente do relatório de estágio é orientada pela seguinte pergunta de investigação: *Em que medida é que o associativismo português em França pode ser considerado um elemento de ligação cultural, social e identitária a Portugal?*

A presente análise focar-se-á em dois conceitos centrais: identidade e diáspora. Dentro da conceção de identidade existem duas tipologias consideradas pertinentes para este estudo: a identidade nacional e a identidade cultural. A abordagem do conceito de diáspora vai desde a sua origem e história, à sua interpretação atual e aplicação ao caso português. Como elemento de ligação entre os dois conceitos, surge o associativismo português em França, elemento este, alvo de uma observação direta e de recolha de dados permitida pela realização de um estágio curricular no Consulado Geral de Portugal em Paris. O objetivo principal desta investigação é compreender de que forma é que o associativismo português em França é um elemento de ligação da comunidade à identidade portuguesa. Pretende-se também com esta análise caracterizar a comunidade portuguesa em França; conhecer e caracterizar as associações portuguesas em França; identificar que relação existe entre a comunidade e estas associações; e, por fim, tentar compreender como é que esta relação entre a comunidade e as associações evoluiu ao longo dos anos – se há uma maior ou menor proximidade entre a comunidade e as associações.

3.1. Identidade

Entende-se por identidade nacional, aquela que envolve a pertença a uma comunidade política, o que implica a existência de instituições comuns e um código de direitos e deveres para todos os membros que com ela se identificam (SMITH, 1991: 9). “This was very much what the philosophes had in mind when they defined a nation as a community of people obeying the same laws and institutions within a given territory” (SMITH, 1991: 9)⁴⁴. Esta tipologia de identidade engloba também uma conceção espacial, ou seja, um território bem definido com um significado histórico: “The homeland becomes a repository of historic memories and associations, the place where ‘our’ sages, saints and heroes lived, worked, prayed and fought. All this makes the homeland unique.” (SMITH,

⁴⁴ As citações de autores estrangeiros não serão traduzidas para português.

1991: 9). Consequentemente, existe também uma relação entre identidade nacional e comunidade cultural, cujos membros estão unidos em memórias, mitos, símbolos e tradições comuns, tornando-os um grupo culturalmente homogêneo (SMITH, 1991: 11).

Em suma, na visão de Anthony Smith, a identidade nacional implica algumas características fundamentais como um território histórico, memórias históricas, uma cultura pública comum de massas, direitos e deveres iguais para todos os seus membros e, por fim, uma economia comum com mobilidade territorial para todos. (SMITH, 1991: 14).

O mesmo autor realça ainda que esta definição se afasta de qualquer concepção de Estado, que se refere unicamente a instituições públicas; uma nação, pelo contrário, “signifies a cultural and political bond, uniting in a single political community all who share an historic culture and homeland.” (SMITH, 1991: 14).

A identidade nacional nasce, inevitavelmente, da identidade individual, uma vez que se caracteriza por uma “pertença involuntária a um coletivo” (SOBRAL, 2012:13). Esta pertença involuntária está relacionada com os elementos identitários que estão associados ao indivíduo, desde o nascimento e educação, algo alheio à sua vontade até uma certa idade. Desde o registo do nome próprio ao apelido de família, da educação dentro da família à educação dentro de um sistema de ensino, até às pessoas que se conhecem nesses meios e com quem se relacionam, “as nossas primeiras experiências do mundo dão-se a partir dessa base” (SOBRAL, 2012: 13). Se aplicarmos estes momentos importantes na formação da identidade individual à profundidade que se vai adquirindo durante a sua educação formal – neste caso, falamos da identidade nacional portuguesa – verifica-se um contínuo prolongamento e aprofundamento desta identidade: o estudo da língua portuguesa, da História de Portugal, de autores portugueses. (SOBRAL, 2012: 14). Resumidamente, “o espaço onde adquirimos as primeiras experiências emotivas e estéticas, bem como aquele que conhecemos melhor é, para a esmagadora maioria, o do seu país” (SOBRAL, 2012: 14).

Este país, ou o espaço que se associa ao país, “é também parte de um Estado, que coincide com uma nação” (SOBRAL, 2012: 14), no caso português. O Estado-nação, que reflete uma correspondência entre as fronteiras, as instituições de um Estado e uma população que nele vive com uma mesma cultura, é cada vez mais uma excepcionalidade portuguesa, uma vez que noutras comunidades nacionais esta correspondência é crescentemente desafiada pelo fenómeno da globalização, que implica uma grande diversidade de culturas dentro do mesmo Estado. Tal como refere Smith “only about 10

percent of states could claim to be true ‘nation-states’, in the sense that the state’s boundaries coincide with the nation’s and that the total population of the state share a single ethnic culture” (SMITH, 1991: 15). Isto significa que no caso português “Governo, os funcionários, as leis que nos regem, as instituições políticas e administrativas que constituem esse Estado abrangem um coletivo com uma língua e uma história partilhadas, assentes numa inter-relação continuada num determinado território: a nação” (SOBRAL, 2012: 14).

Segundo Benedict Andersen, uma nação é uma comunidade política imaginada: “imagined as both inherently limited and sovereign” (ANDERSEN, 2006: 6). O autor justifica esta condição pela impossibilidade de todos os membros de uma nação, ainda que seja a mais pequena de todas, se conhecerem uns aos outros e, no entanto, todos eles imaginam a sua comunhão ou fraternidade (ANDERSEN, 2006: 6).

A compreensão do que é uma nação implica uma abordagem histórica desses mesmos processos, ou seja, “de analisar como emergiram, se desenvolveram e se reproduzem as identidades a que chamamos *Portugal* e *portugueses*” (SOBRAL, 2012:18). Estas identidades têm alguns séculos e são um produto da ação humana que, a partir da formação de uma entidade política, construiu um coletivo diferenciado, que é gerado tanto por processos pacíficos, como por processos violentos – de que são exemplo aqueles que implicaram a delimitação de fronteiras, guerras ou revoluções (SOBRAL, 2012: 18). Segundo o mesmo autor, a formação desta identidade nacional decorre na sua maioria “de hábitos de vida em comum que se desenrolam no dia-a-dia de populações que vão vivendo a experiência de serem portuguesas” (SOBRAL, 2012:18).

Para a maioria dos portugueses, esta identidade já nasce, portanto, “embebida”, constituindo apenas “uma opção para quem vem a adquirir a nacionalidade mais tarde” (SOBRAL, 2012: 13). O autor realça ainda que este facto – a pertença a uma identidade nacional – “não é contraditório com a reivindicação, por muitos, de uma identidade cosmopolita e não implica a aceitação de certas doutrinas ou comportamentos nacionalistas, que postulam sentimentos de superioridade” (SOBRAL, 2012: 14).

Apesar da importância da identidade nacional na ligação à identidade portuguesa e a Portugal, considera-se que é a identidade cultural a que se aplica ao caso da comunidade portuguesa em França, uma vez que a comunidade portuguesa não é apenas constituída por pessoas que nasceram em Portugal e que têm nacionalidade portuguesa – ou seja, uma identidade que se relaciona com o estado-nação e com um território – mas sim por

indivíduos que partilham uma ligação à cultura portuguesa, tenham-na adquirido através de uma relação direta ou indireta com o país. Tal como é explicado mais à frente, considera-se que é a língua portuguesa que assume uma importância fulcral na transmissão de memórias, na coesão da comunidade portuguesa e na permanência de laços sociais e culturais a Portugal.

Stuart Hall defendia duas formas de pensar a identidade cultural. A primeira visão definia a identidade cultural como uma única cultura partilhada, algo que o autor explica como uma personalidade coletiva que existe dentro de cada um e que todas as pessoas com uma História partilhada têm em comum (HALL, 1990: 222). Isto significa que as nossas identidades culturais refletem “experiences and shared culture codes which provide us, as ‘one people’, with stable, unchanging and continuous frames of reference and meaning, beneath the shifting divisions and vicissitudes of our actual history” (HALL, 1999: 222). A segunda visão que o sociólogo jamaicano delimitou, ao contrário da primeira, tinha como âmbito central a diferença que existe entre indivíduos, apesar das suas semelhanças. Esta visão centrava-se não só na transformação mas também no ser, no futuro e no passado (HALL, 1999: 225). “It is not something which already exists, transcending place, time, history and culture”, conclui o fundador da escola de pensamento de Birmingham. A visão adotada para esta investigação é, sem dúvida, a segunda apresentada por Hall, uma vez que admite a possibilidade de evolução, transformação e, sobretudo de descontinuidade – contrariamente à continuidade da primeira visão – apesar da relação com o passado e com a História: “Far from being grounded in a mere ‘recovery’ of the past, which is waiting to be found, and which, when found, will secure our sense of ourselves into eternity, identities are the names we give to the different ways we are positioned by, and position ourselves within, the narratives of the past.” (HALL, 1990: 225)

Desta forma, interpreta-se o conceito de identidade cultural como algo que não é fixo nem absoluto. A identidade cultural é, sim, algo que remete para histórias – que têm os seus efeitos reais, materiais e simbólicos – e com passado – que é sempre construído através da memória, fantasia, narrativa e do mito (HALL, 1990: 226). Estes pontos de identificação - histórias e passado –, são os pontos de identificação instáveis, que são feitos dentro dos discursos da história e da cultura, e que não são uma essência, mas antes um posicionamento, continua Hall na mesma página. Assim sendo, “there is always a politics of identity, a politics of position, which has no absolute guarantee in an unproblematic, transcendental ‘law of origin’” (HALL, 1990: 226).

Stuart Hall conclui este capítulo sobre identidade e a sua relação com a cultura com a seguinte reflexão: “Perhaps instead of thinking of identity as an already accomplished fact, which the new cultural practices then represent, we should think, instead, of identity as a 'production', which is never complete, always in process, and always constituted within, not outside, representation.” (HALL, 1990: 222)

Existem diversos elementos que se podem considerar como formas de ligação cultural a uma identidade. Esses elementos podem ser tangíveis – como a gastronomia e o vestuário – mas também intangíveis – como a memória ou a história de um país ou a língua.

A memória, que pode ser individual ou coletiva, é definida como a imagem ou ideia de um ‘lar’ lembrado que está a uma distância temporal e/ou espacial, lugar esse que pode ser o foco de uma ideologia constante de retorno, e que pode continuar a ser vista como um ‘lar’ no presente, mas também como pertencendo completamente ao passado (STOCK, 2010: 24). Independentemente da ligação que haja do emigrante a este ‘lugar’- seja ela real, imaginária, presente, passada, querida, ou até dispensável –, de alguma forma pertence ao ‘imaginário diaspórico’ (STOCK, 2010: 24). Stock relembra ainda que estas memórias não são algo estático, são antes reconstruções fluídas daquilo que o indivíduo recorda e reconstrói como ‘lar’ (STOCK, 2010: 24). O autor alerta também que o ato de lembrar “is always contextual, a continuous process of recalling, interpreting and reconstructing the past in terms of the present and in the light of an anticipated future” (STOCK, 2010: 24).

A língua representa para uma diáspora mais do que uma ferramenta de comunicação, segundo Jaine Beswick. A língua inclui frequentemente características extralinguísticas e têm um papel sociolinguístico, sociocultural e até sociopolítico na conceptualização da ligação do grupo da diáspora (BESWICK, 2010: 134). Beswick sugere que foi graças ao facto de haver uma língua comum entre os membros de uma comunidade diaspórica que a memória e a história foram transmitidas, já que na maior parte das vezes foi através da herança da língua que foram transmitidas e mantidas tais evocações nostálgicas (BESWICK, 2010: 134). A autora exemplifica esta situação com o caso português: “During Salazar’s dictatorship the transition for rural Portuguese migrants to the cities of other European countries was problematical, but by clustering together in particular neighbourhoods, they were able to maintain their sociolinguistic and sociocultural identification practices through the use of Portuguese” (BESWICK, 2010:

135). A autora conclui: “In this way, the heritage language upheld the diaspora’s own sense of legitimacy and authenticity within an alien environment, reinforcing the sense of historical and cultural difference, as well as being a pragmatic communication tool” (BESWICK, 2010: 135)

“Things also play a vital role in processes of diasporic homemaking”, defende Philip Crang, autor de *Diasporas and Material Culture*. O autor exemplifica esta materialização da cultura nas práticas culinárias das diásporas, cujo estudo tem vindo a intensificar-se (CRANG, 2010: 141). Para as comunidades emigrantes, a comida familiar funciona muitas vezes como um indicador de diferenciação e como uma reação a sentimentos de deslocação, uma vez que existe uma forte relação entre a comida a memória (CRANG, 2010: 141). O autor continua explicando que esta ligação desencadeia um sentido de plenitude (CRANG, 2010: 141), uma vez que os sabores e as texturas desencadeiam memórias e sentimentos de ligação à terra natal (CRANG, 2010: 142).

Segundo os inquéritos realizados, no âmbito desta investigação, junto da comunidade portuguesa na área de jurisdição de Paris, que incluiu respostas de 179 membros da comunidade portuguesa, 67% dos inquiridos sentiam-se ligados à cultura portuguesa, 20,1% sentiam-se um pouco ligados e 12,8% não se sentiam de todo ligados.⁴⁵ Entre os que se sentiam ligados ou um pouco ligados, a família e os amigos, a língua portuguesa e a comida eram um elemento de maior ligação à identidade e cultura portuguesas. Os elementos menos referidos pelos inquiridos foram a música, o desporto e a religião.⁴⁶ Tendo em conta que a maioria dos inquiridos se sentiam ligados à cultura portuguesa, e que esta maioria identificou a família, e os amigos – com quem comunicam em português maioritariamente – e a língua portuguesa como principal elemento de ligação à identidade e cultura portuguesas, percebe-se a importância que tem a aposta no ensino da língua de forma a consolidar e intensificar esta ligação. Esta recolha de informação tornou-se, portanto, essencial para compreender de que forma é que os portugueses em França se sentem conectados à identidade cultural portuguesa.

3.2. Diáspora: origem, conceito, políticas e globalização

Para a *International Organization for Migration*, um migrante é definido como

⁴⁵ Ver resultados dos inquéritos sobre a identidade no anexo 17.

⁴⁶ Ver resultados dos inquéritos sobre a identidade no anexo 18.

qualquer pessoa que se movimenta ou se movimentou através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado, para fora do seu local habitual de residência (OIM, 2017). Na história da emigração portuguesa encontramos sobretudo casos de migrações económicas, ou seja, com o objetivo de encontrar trabalho, lê-se no mesmo site; sendo possível encontrar migrações clandestinas, ou seja, casos em que a migração ocorre fora das normas regulamentares dos países de origem ou de destino (OIM, 2017), seja por falta de autorização do país de destino ou por falta de visto ou de passaporte emitido pelo país de origem. Segundo a mesma agência da Organização das Nações Unidas, em 2018 existiam 244 mil milhões migrantes em todo o mundo, o que representa 3,3%⁴⁷ da população mundial, “the equivalent of a very large country” (KNOTT & MCLOUGHLIN, 2010: 6).

Knott e McLoughlin referem a importância das diásporas na previsão dos fluxos migratórios: “Existing diasporas have a very significant impact on future movements of migrants, suggesting that it may be possible to predict – while recognizing local, national and global factors that may inhibit, increase or alter flows – patterns of future migration in terms of sending and receiving societies” (KNOTT & MCLOUGHLIN, 2010: 6). Os mesmos autores acrescentam que as políticas e práticas de reunificação familiar são importantes para a compreensão da operação e extensão destes movimentos, uma vez que as diásporas são de longe o fator mais importante dos fluxos migratórios (KNOTT & MCLOUGHLIN, 2010: 6). No entanto, os especialistas advertem que este é um fenómeno mundial, com histórias muito abrangentes e populações espalhadas por todo o globo e algumas ainda em movimento, o que torna as diásporas “impossible to enumerate reliably” (KNOTT & MCLOUGHLIN, 2010: 5). O termo diáspora é, portanto, não só difícil de enumerar, mas também de definir.

O conceito de diáspora foi evoluindo desde a sua origem até aos dias de hoje, tanto no seu sentido como na sua amplitude. Desde a origem grega da palavra, que foram várias as interpretações que lhe foram dadas. Segundo Stéphane Dufoix, a palavra ‘diáspora’ significava na bíblia hebraica a ameaça de dispersão que os Hebraicos teriam de enfrentar no caso de desobediência ao seu Deus e era utilizada quase de forma exclusiva a atos divinos (DUFOIX, 2008: 4). O mesmo autor refere que vários historiadores reconhecem que apenas mais tarde na tradição judia o significado de ‘diáspora’ se alterou para designar tanto o povo disperso como o local da sua dispersão (DUFOIX, 2008: 5). Já para a tradição

⁴⁷ Dados da International Organization for Migration - *World Migration Report, 2018* – Disponível em: < <http://www.iom.int/wmr/chapter-2> > [Consultado a: 22/09/2018]

cristã, o conceito tem o sentido de uma comunidade de peregrinos dispersa que espera para regressar à Cidade de Deus (DUFOIX, 2008: 5).

Latha Varadarajan defende na obra *The Domestic Abroad* que os estudiosos da diáspora tenderam, de forma geral quando tentavam explicar este conceito, a reconhecer a importância histórica da experiência judaica de exílio, dispersão e da promessa de um eventual regresso (VARADARAJAN, 2010: 7). Tendo em conta a antiguidade da origem da palavra e da sua aplicação quase exclusivamente religiosa e ao caso judeu, o conceito foi raramente usado noutras línguas antes do século XIX (DUFOIX, 2008: 15). Segundo Dufoix, a única aplicação não religiosa do termo antes de 1950 foi dada pelo historiador Simon Dubnov, na *American Encyclopedia of the Social Sciences*, que defendeu que o conceito não deveria limitar-se à religião e ao judaísmo, uma vez que ‘diáspora’ é um termo grego “for a nation or part of a nation separated from its own state or territory and dispersed among other nations but preserving its national culture”, cita Dufoix (DUBNOV, 1931, citado em DUFOIX, 2008: 17). Simon Dubnov referia ainda, nesta enciclopédia americana, que o típico caso de diáspora é apresentado pelos arménios que, na sua maioria, viveram voluntariamente fora do seu pequeno território nacional durante séculos. Esta explicação teve, para Dufoix, um papel relevante na difusão do termo e na sua progressiva secularização e na sua gradual separação da experiência histórica do povo Judeu (DUFOIX, 2008: 17 e 18). Durante muito tempo, continua Stéphane Dufoix, esta palavra referia-se apenas a grupos religiosos dispersos – fossem povos, igrejas ou congregações – vivendo como minorias entre outros povos e outras fés (DUFOIX, 2008: 1). Mais tarde, “this ancient word underwent an amazing inflation that peaked in the 1990s, by which time it was being applied to most of the world’s peoples” explica ainda na mesma página Dufoix.

Também Varadarajan realça que os estudiosos foram mudando a interpretação dada ao conceito de diáspora no sentido de defenderem que “given increased migrations and the formation of new emigrant communities with links to both the host and home societies, it is essential to look beyond the framework established by the Jewish experience and extend this concept in a meaningful way” (VARADARAJAN, 2010: 7).

Para Katchig Tololyan, autor de *Rethinking Diasporas*, foram três os momentos essenciais nesta abertura e abrangência do conceito de diáspora: a aquisição de direitos civis por parte dos negros dos Estados Unidos da América – a denominada Diáspora Africana; a Guerra de Junho de 1967, na qual Israel derrotou os seus oponentes árabes,

recebendo o apoio da comunidade judaica dos EUA; e, por fim, a aprovação por parte do Congresso dos Estados Unidos da América, da Lei Hart-Celler de Imigração e Nacionalidade no ano de 1965, na qual se permitiu a imigração não europeia para os Estados Unidos numa grande escala (TOLOLYAN, 2017).

Hoje, são várias as interpretações dadas ao termo, que se foi tornando cada vez menos estrito. Para Michel Beine e para os restantes autores do artigo *Diaspora*, o termo diáspora refere-se à dispersão de qualquer povo ou população étnica, voluntariamente ou através da força, das suas terras natal tradicionais e dos desenvolvimentos na sua cultura no país de destino, muitas vezes enquanto minoria (BEINE et al., 2011: 31). Economicamente, o conceito refere-se a migrantes que se agrupam em números consideráveis num determinado país de destino ou região (BEINE et al., 2011: 31). Segundo a obra *The 'diaspora' diaspora*, de Rogers Brubaker, do ponto de vista da terra natal “emigrant groups have been conceptualized as diasporas, even when they have been largely assimilated” (BRUBAKER, 2005: 3). No entanto, existem critérios que devem ser cumpridos para se verificar a existência de uma comunidade emigrante considerada como ‘diáspora’. O primeiro é a dispersão, que é hoje o critério mais aceite e que pode ser interpretado de forma mais estrita, como uma dispersão forçada, ou de uma forma mais ampla enquanto qualquer tipo de dispersão no espaço, desde que seja uma dispersão além-fronteiras (BRUBAKER, 2005: 5); o segundo critério é a orientação a uma terra natal real ou imaginada como uma fonte de autoridade de valores, identidade e lealdade (BRUBAKER, 2005: 5); e, por fim, a preservação de fronteiras é o terceiro critério que implica a preservação de uma identidade distinta relativamente à sociedade de acolhimento, fronteira essa que pode ser mantida através de uma resistência deliberada à assimilação através de auto-segregação ou através de qualquer outra consequência não intencional da exclusão social (BRUBAKER, 2005: 6).

Varadarajan também fala em critérios necessários para o uso do termo citando William Safran. Segundo este último autor, apesar de amplo, “it is important to use the concept of diaspora sparingly, ‘lest the term lose all meaning’” (SAFRAN, 1991, citado por VARADARAJAN, 2010: 8). Os critérios sugeridos por Safran incluíam em primeiro lugar dispersão de um ‘centro’ de origem específico para duas ou mais regiões periféricas; em segundo lugar, a conservação de memórias colectivas de uma terra natal de origem; em terceiro lugar, a alienação e insulação parcial em relação à sociedade de acolhimento; em quinto lugar, o compromisso para a manutenção ou recuperação da segurança e

prosperidade da terra natal; e, por último, uma consciência comum de solidariedade consequente dessa relação (VARADARAJAN, 2010: 8).

William Safran, autor de *Diasporas in Modern Societies: Myths of Homeland and Return*, defende que atualmente a diáspora é utilizada para designações metafóricas para diversas categorias de pessoas como expatriados, refugiados políticos, residentes estrangeiros, imigrantes e minorias étnicas e raciais (SAFRAN, 1991).

Assim, William Safran considera o caso português - embora diferente de outros casos de comunidades emigrantes – uma verdadeira diáspora. O autor admite haver uma determinada assimilação da comunidade portuguesa em França, no entanto há uma persistência de uma consciência de diáspora (SAFRAN, 1991). Esta persistência deve-se a alguns fatores que o autor enumera: “The relative physical proximity to the home country facilitates ongoing relationships with it, and the ‘underclass’ condition of the Portuguese expatriates causes them to understate the poverty of the real Portugal and to develop a somewhat idealized image of a mystical Portugal and Portuguese civilization (Lusitanism)” (SAFRAN, 1991).

Desta forma, a diáspora é algo que se refere a qualquer fenómeno de dispersão de um lugar ou até à organização de uma comunidade étnica, nacional ou religiosa num ou mais países, mas também a uma população espalhada por mais do que um território (DUFOIX, 2008: 2). Para uns, esta flexibilidade do conceito é um sinal da diversidade migratória mas, para outros, é uma traição ao significado da palavra (DUFOIX, 2008: 2). Para Dufoix, esta dualidade não se opõe necessariamente uma à outra, já que acolhe os dois extremos uma vez que ambos pertencem à história mundial (DUFOIX, 2008: 2).

Na visão de Varadarajan é necessário entender este termo como um ‘projeto político’: “I would argue that this term itself needs to be understood as part of political projects that produce the links between emigrant communities and their homelands” (VARADARAJAN, 2010: 9). A professora de Ciência Política introduz o conceito que dá o nome à obra *The Domestic Abroad* e que traduz aquilo em que a diáspora se tornou na política global contemporânea tanto no discurso popular como político: “The dominant descriptive term to portray emigrant communities that are being constituted as the domestic abroad” (VARADARAJAN, 2010: 9). A autora continua explicando que a categoria de diáspora sucede ao captar a essência da ligação entre populações percebidas – pelas mesmas e pelos outros – enquanto populações que vivem fora de territórios da sua terra natal (VARADARAJAN, 2010: 9). Para a autora, o que é essencial para além da

ligação entre as comunidades emigrantes e os países de origem é a reivindicação de que essas ligações precisam e merecem ser reconhecidas e habilitadas através de instituições estatais da terra natal (VARADARAJAN, 2010: 9). Latha Varadarajan prossegue afirmando que o sentido de pertença a uma terra natal comum – que é um requisito essencial na formação das diásporas – não surge de forma automática apenas por as comunidades emigrantes serem originais do mesmo lugar: “It is socially as well as politically constructed through the interactions among members of a community, through their being marked as different in their host societies, and through the institutionalization of their relationship with the homeland” (VARADARAJAN, 2010: 9). Desta forma, tal como referem Yossi Shain e Aharon Barth, autores de *Diasporas and International Relations Theory*, as diásporas, enquanto minorias nacionais, podem ser consideradas como um importante elemento da relação entre a política nacional e internacional recebendo, por isso, uma crescente atenção da parte dos decisores-políticos de todo o mundo (SHAIN e BARTH, 2003: 449 e 450). Uma vez que estas comunidades são encaradas como uma força da formação identitária, estas são consideradas como desafios aos laços tradicionais enquanto veículos de transporte transnacional de culturas (SHAIN e BARTH, 2003: 450). Concluindo, “diasporas constitute invisible nations that reside outside their origin countries” (BEINE et al, 2011: 30).

O conceito de diáspora foi-se desenvolvendo e intensificando na literatura académica ao longo da segunda metade do século XX, tal como sugerem os autores atrás referidos. Foi também durante esta época que a globalização foi crescendo e, consequentemente, a evolução tecnológica acompanhou todos estes conceitos impossíveis de entender sem recorrer a uma relação entre eles. Para Varadarajan, dado que aquilo a que chama de ‘domestic abroad’ emergiu numa fase em que o mundo estava num momento particular da História – a fase da globalização – e com determinadas condições – uma fase em que as diásporas parecem ter adquirido uma massa crítica tanto em número como em potencial de lucro, é possível proferir várias explicações intuitivas do fenómeno (VARADARAJAN, 2010: 9 e 10).

Tal como refere Dufoix, o período temporal em que a tecnologia da informação mais se desenvolveu foi apelidada de *second modernity* por Ulrich Beck (1986), *liquid modernity* por Zygmunt Bauman (2000), *supermodernity* por Georges Balandier (1994) e Marc Auger (1995), *late modernity* por Anthony Giddens (1990) e até de *hyper-modernity* por Gilles Lipovetsky (2005). Estas denominações referentes a um período muito peculiar

da modernidade faziam referência ao facto de ser uma época que conseguiu tornar o espaço independente do tempo, resultando em consequências para a manutenção de uma conexão apesar da distância de que são exemplo a vida política, económica ou cultural (DUFOIX, 2008: 98). Stéphane Dufoix defende ainda que as ligações criadas pelas novas tecnologias da informação assentam perfeitamente nos atuais contornos do termo diáspora, concluindo que o processo de aceleração da globalização pelas novas tecnologias junta necessariamente o local e global, explicando como é que isso pode habilitar as pessoas mais cosmopolitas e aquelas estão mais enraizadas (DUFOIX, 2008: 100 e 101). “The Internet, with its governmental sites and links to multiple topics, is a medium of choice for developing contact policies between states and the collection of groups that define themselves, and which they define, as their ‘diaspora’” (DUFOIX, 2008: 101), defende ainda o autor. Stéphane Dufoix conclui defendendo a utilização das novas tecnologias como meio político: “Web sites give continuity and immediacy to the relationship these two poles maintain between those representing the state and the ‘diaspora’” (DUFOIX, 2008: 101).

Tal como atrás referido, o conceito de diáspora foi sendo entendido com o passar do século XX num sentido cada vez mais lato, onde os critérios para considerar algumas comunidades emigrantes como uma diáspora foram deixando de ser tão exigentes. Também já foi citado William Safran, que considera o caso português uma verdadeira diáspora, apesar de haver assimilação em relação à sociedade de acolhimento na maioria das comunidades portuguesas. Mesmo não se verificando na maioria dos casos o cumprimento deste requisito – o da alienação relativamente à sociedade de acolhimento –, verifica-se uma dispersão para duas ou mais regiões, a existência de uma memória colectiva, um compromisso – tácito – para a manutenção ou recuperação da segurança e prosperidade de Portugal – envio de remessas – e, finalmente, uma consciência comum de solidariedade. Verifica-se também um acompanhamento da diáspora portuguesa em relação ao fenómeno da globalização, que permitiu aumentar a emigração e facilitar as comunicações e viagens entre Portugal e os vários países de acolhimento, contribuindo para a manutenção da ligação ao país. Por fim, existe também um projeto político por detrás da emigração portuguesa, que se inclui na política externa portuguesa e na forma como os portugueses que residem fora do país são representados – existem dois deputados eleitos pelo círculo da Europa e três pelo círculo Fora da Europa.

3.3. A emigração portuguesa

A emigração portuguesa é “um fenómeno permanente desde há alguns séculos” (BAGANHA, 1994: 959). Segundo dados da PORDATA, no ano de 1960 saíram de Portugal cerca de 32 318 cidadãos, na década seguinte, em 1970, estima-se que tenham saído 66 360 portugueses, em 1980, saíram 25 207 cidadãos, em 2000, 21 333 saíram do país e, por fim, em 2016, o ano disponível mais recente, saíram de Portugal 97 151 cidadãos.^{48 49 50} Estes fluxos apresentam características muito diferentes, que foram variando com o passar dos anos, tanto quanto ao destino de emigração, como quanto às características dos emigrantes.

Maria Ioannis Baganha atribui a constante saída de pessoas de Portugal “à permanência de profundas assimetrias regionais no país e à existência de desequilíbrios geoeconómicos entre Portugal e os sucessivos países de destino” (BAGANHA, 1994: 959). A primeira razão explica “a manutenção do fenómeno, independentemente da evolução económica verificada a nível nacional” e a segunda razão justifica a decisão de emigrar devido à “existência de vantagens comparativas nas regiões recetoras” (BAGANHA, 1994: 959).

Jorge Arroteia explica de forma mais extensa este fenómeno da emigração portuguesa que se relaciona “com as más condições de vida da população, a estrutura fundiária e as pressões demográficas decorrentes do declínio das antigas civilizações agrárias da Europa mediterrânica” (ARROTEIA, 2014: 146). Segundo o autor “estas condições facilitaram a repulsão demográfica em toda a Europa meridional e os movimentos migratórios com destino à França e à Alemanha, ao Luxemburgo, à Suíça e a outros destinos europeus, registados na orla meridional do velho continente” (ARROTEIA, 2014: 146). Entre os destinos mais característicos de ‘emigração transoceânica’ destaca-se o Brasil – onde existe uma grande presença lusa – na época da intensificação da sua ocupação, “da exploração das suas riquezas naturais” (ARROTEIA, 2014: 146). Por seu turno, os EUA e o Canadá surgem como o “destino privilegiado dos Açores e ainda de muitos emigrantes do continente atraídos, em épocas diversas, com maior incidência durante a segunda metade do século XX (...) em resultado das oportunidades de emprego”

⁴⁸ Dados disponíveis em PORDATA: <
<https://www.pordata.pt/MicroPage.aspx?DatabaseName=Portugal&MicroName=Emigrantes+total+e+or+tipo&MicroURL=21&> > [Consultado a 26/05/2018]

⁴⁹ Não estão disponíveis dados relativos ao ano 1990 e 2010.

⁵⁰ Ver gráfico no anexo 19.

(ARROTEIA, 2014: 146). No entanto, Jorge Arroteia realça que também é de referir no mesmo continente países como a Venezuela e a Argentina, as Antilhas Holandesas e as Bermudas, tanto no final do século XIX como antes da Primeira Guerra Mundial.

Já na Europa, na chamada ‘emigração intraeuropeia’ destaca-se a emigração para França, “onde o número de cidadãos portugueses aí residentes, inferior na atualidade a um milhão, representa o destino mais procurado na história contemporânea da nossa emigração, sobretudo durante a segunda metade do século XX” (ARROTEIA, 2014: 146). Outros países europeus onde os portugueses se têm instalado nas últimas décadas são o Reino Unido, o Luxemburgo, Andorra, Espanha e a Suíça, sendo este último país “o local onde o número de cidadãos de origem portuguesa tem vindo a aumentar, ultrapassando a centena e meia de milhar” (ARROTEIA, 2014: 146). Em Espanha a emigração portuguesa “conheceu diversas oscilações ao longo da nossa história” e aumentou de forma muito significativa desde o final da segunda metade do século passado (ARROTEIA, 2014: 146).

No continente africano, as correntes migratórias portuguesas relacionam-se com a colonização de alguns territórios deste continente, havendo comunidades portuguesas em Angola, Moçambique, África do Sul e Zimbabué (ARROTEIA, 2014: 146). O autor justifica o facto de não existirem comunidades muito numerosas nestes países com “a evolução dos regimes políticos africanos” (ARROTEIA, 2014: 146).

Nos países asiáticos verifica-se a presença de portugueses em Hong-Kong e na Índia, “parecendo significar a manutenção dos laços ancestrais estabelecidos com os antigos territórios sob administração portuguesa do continente Indiano e em Macau” (ARROTEIA, 2014: 146). No final do século XX, havia registos da existência de mais de 5000 portugueses na Austrália.

Em 1998 “mais de 4,6 milhões de cidadãos de origem portuguesa residiam nos cinco continentes”, valores que, para Jorge Arroteia “são esclarecedores da dimensão da “Diáspora Portuguesa” (ARROTEIA, 2010: 146). O autor sustenta ainda esta tese afirmando que “tendo em conta a dimensão da população portuguesa residente no território nacional”, os valores sobre a dimensão das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro atestam a importância da ‘diáspora’ portuguesa na atualidade” (ARROTEIA, 2014: 147). Para o estudioso português, estes números remetem-nos para uma reflexão que nos leva a atentar “para a pluralidade de iniciativas de natureza política, socioeconómica e cultural, necessárias para dar resposta às necessidades e às expectativas desta população, heterogénea nos seus interesses e heranças, mas exigente na satisfação dos seus direitos de

cidadania”. (ARROTEIA, 2014: 147).

Os números mais recentes relativos aos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, fornecidos pelo Observatório da Emigração, dão conta de 2,266,735⁵¹ de cidadãos com nacionalidade portuguesa a viver fora de Portugal no ano de 2017. Já no Programa do XXI Governo Constitucional, estima-se um valor de 5 milhões de portugueses a residir no estrangeiro, ou seja, “um terço da população nacional” (PROGRAMA DO XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL, 2015: 256).

3.4. A comunidade portuguesa em França

Em França, existe uma comunidade de emigrantes portugueses exemplificativa desta heterogeneidade tanto no que diz respeito à época de saída, local de origem, faixa etária, número de anos no país de destino, idade, habilitações literárias como à forma como adquiriram a nacionalidade portuguesa. França foi, desde a década de 50 do século XX, um país de destino dos emigrantes portugueses. Após a II Guerra Mundial a população europeia – sobretudo dos países do centro da Europa, mais afetados pelo conflito – tinha sofrido um decréscimo significativo e, devido à destruição de cidades, era necessário um reforço laboral principalmente na área da construção civil. Foi nesta época, durante a vigência do Estado Novo, que muitos portugueses arriscaram partir para o centro da Europa, em especial para França, “em virtude da carência de mão-de-obra não qualificada necessária à reconstrução e à expansão económica daquele país” (ARROTEIA, 1983: 100). No entanto, “a forma como se processa esta emigração, e nomeadamente a existência de um grande número de saídas clandestinas, assim como as características da instalação de uma parte da colónia portuguesa em França, impedem o estabelecimento de estatísticas que traduzam a realidade de forma precisa” (ALMEIDA, 1964: 560). Isto significa que é difícil precisar exatamente quantos portugueses procuraram o país de Charles de Gaulle para emigrar. É possível estimar que quase um quarto dos emigrantes que saíram de Portugal só no ano de 1960 (num total de 32 318 pessoas, segundo os dados já apresentados da PORDATA), procuraram França para trabalhar, ou seja cerca de 6434 pessoas (ALMEIDA, 1964: 603). No entanto, apesar da incerteza dos números, do ponto de vista dos países de acolhimento, “a chegada desta mão-de-obra, mesmo não qualificada, foi

⁵¹ O site do Observatório da Emigração, que utiliza como fonte dados do Banco Mundial e das Nações Unidas, não contabilizam os luso-descendentes, apenas pessoas nascidas em Portugal ou com nacionalidade portuguesa.

extremamente necessária para colmatar as lacunas devidas ao desenvolvimento tecnológico e à transferência da mão-de-obra nacional, vindo permitir a revitalização de certos sectores básicos de economia, sem os correspondentes encargos de formação” (ARROTEIA, 1983: 108). Jorge Arroteia constata ainda que estes países foram “duplamente favorecidos” uma vez que “acabaram por beneficiar de importantes fundos retidos pela segurança social, mesmo que em contrapartida tenham assistido à transferência de avultosas quantias para as áreas de origem desses trabalhadores” (ARROTEIA, 1983: 108).

Hoje, existem cerca de 530 557 pessoas com nacionalidade portuguesa a viver em França.⁵² Após várias gerações de emigrantes e de descendentes, é difícil de catalogar as várias expressões de identidade. Jorge de la Barre, sociólogo que estudou os jovens portugueses em França, explica que após a sua pesquisa percebeu que “os projetos de vida, a escolaridade, as práticas culturais ou linguísticas de um jovem que se identificava como português, embora tenha nascido em França, por exemplo, eram distintas de um jovem que se declarava francês e português, que também eram diferentes de um jovem que se identificava como apenas francês” (in PEREIRA, 2013). No entanto, o sociólogo garante que “a maioria dos jovens identificava-se como francês e português ao mesmo tempo”, havendo, contudo “o grupo dos jovens emigrantes, com uma ligação maior a Portugal e que se sentia português exclusivamente” (in PEREIRA, 2013).

Segundo o mesmo autor, nas várias comunidades portuguesas existem cidadãos que “continuam a acompanhar os acontecimentos da sua terra de origem e a manter relações culturais com a nossa sociedade” e também “a lutar para que os traços da cultura e a língua portuguesa se intensifiquem junto dos seus compatriotas e a prosseguir o sonho do ‘regresso’ à sua pátria de origem” (ARROTEIA, 2010: 147). No entanto, existem também portugueses cujo “afeto à terra de origem esbateu-se em favor do maior envolvimento cívico, laboral, familiar e cultural na sociedade de acolhimento” (ARROTEIA, 2010: 147). A emigração portuguesa é avaliada como “exemplar” por De La Barre. O autor descreve os portugueses como discretos e trabalhadores e como emigrantes muito integrados nas suas associações religiosas, folclóricas e culturais, resolvendo os seus próprios problemas sem prejudicar a ordem pública e sem provocar reações hostis fortes (DE LA BARRE, 1997: 11). Jorge de la Barre conclui que aos olhos dos franceses, os portugueses tornaram-se “imigrantes perfeitos” uma vez que, apesar de conservarem uma forte identidade nacional, isso não os impediu de participarem ativamente na vida coletiva da sociedade de

⁵² Dados do Observatório da Emigração – Disponível em: <<http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=74>> [Consultado a: 26/05/2018]

acolhimento (DE LA BARRE, 1997: 11).

3.5. Associativismo português em França

O associativismo português em França surge da vontade de mudar alguns estereótipos relativamente aos emigrantes portugueses e também como forma de recuperar alguns costumes e tradições entre os que já pouca ligação tinham a Portugal. Desde a década de 1990, alguns jovens demonstraram vontade de criar as suas próprias associações, de forma a mudarem a imagem da imigração portuguesa, tanto em França como em Portugal (DE LA BARRE, 1997: 15). Jorge de la Barre refere o trabalho de algumas associações portuguesas que surgiram nesta época como a associação Luso Mundo, sediada em Lyon, a *Association des Etudiants Lusophones*, de Nancy, a *Association des Jeunes Lusophones*, de Montmorency, a associação Rosa dos Ventos, da cidade de Aulnay-sous-Bois e a associação parisiense *Cap Magellan*. O sociólogo destaca o trabalho desta última, que qualifica como a mais reveladora da vontade de mudança e como um fenómeno entre a comunidade portuguesa (DE LA BARRE, 1997: 15). De la Barre refere ainda que esta associação é elitista para uns, mas para outros tem atividades prestigiosas e ambiciosas, que foram uma revelação no espaço público nos dois países (DE LA BARRE, 1997: 15).

Já do ponto de vista institucional, o associativismo é visto como “uma das mais importantes formas de organização social e um instrumento privilegiado para a satisfação das necessidades do ser humano, nas suas mais diversas manifestações sociais, educativas, políticas, culturais e económicas”⁵³. No caso específico das comunidades portuguesas no estrangeiro, o mesmo Decreto-Lei refere ainda que “a proliferação de iniciativas e de movimentos com carácter associativo tem sido uma característica assaz significativa, que demonstra não só a permanência de um vínculo de pertença cultural, mas sobretudo um sinal de integração nos países de acolhimento”, destacando a “espontaneidade do surgimento das associações” como “uma das suas principais riquezas”.

Segundo dados recolhidos no Consulado-Geral de Portugal em Paris durante o estágio curricular realizado, existiam, em 2017, 331 associações ativas e 99 associações inativas. Entre as ativas, 69 dedicavam-se ao ensino de português, 13 ao ensino de francês, 151 tinham pelo menos um grupo de rancho folclórico e 37 tinham pelo menos uma equipa

⁵³ Decreto-Lei n.º 124/2017 de 27 de Setembro

de futebol organizada⁵⁴. A associação mais antiga teve origem no ano 1926, tendo a seguinte sido criada em 1947 e a mais recente no ano 2016. A época na qual é notório um grande fluxo de criação de associações corresponde à época em que o fluxo migratório português para França foi também maior, verificando-se a criação de 13 associações no ano de 1975 e 10 no ano de 1976. Apenas nos anos de 1982 e 2004 se voltaria a verificar a criação de 10 associações no mesmo ano. Os anos de 2011, 2012 e 2013 foram igualmente férteis no surgimento de associações portuguesas, tendo sido criadas 24 associações durante estes três anos em que a emigração portuguesa também voltou a aumentar.⁵⁵ Todas as regiões de Portugal continental e arquipélagos estavam representadas por pelo menos uma associação.

A variedade de associações portuguesas reflete a heterogeneidade da comunidade portuguesa em França, tanto quanto à sua antiguidade como quanto ao seu foco e público-alvo. Algumas associações distinguem-se entre a comunidade portuguesa quer pela sua dimensão, quer pela sua atividade, mas também pela profundidade dos temas aos quais se dedicam.

A *Associação Memória Viva*, criada no ano de 2003, tem como objetivo recolher e transmitir a memória da imigração portuguesa num espírito de mudança e abertura, lê-se no site da associação⁵⁶. Este objetivo tem como origem a ligação dos seus membros e criadores à emigração portuguesa do interior do país e o seu interesse em compreender as condições históricas, políticas, económicas e sociais que estão na origem dos fenómenos da emigração para França. (MEMÓRIA VIVA, 2018).

Esta associação tem também como missão combater a ideia que permanece de que a emigração portuguesa é sobretudo económica: “Des villages entiers se sont vidés dans le silence et la peur, des hommes ont déserté pour ne pas combattre en Afrique, des intellectuels, des artistes, des êtres épris de liberté de parole et d’action ont quittés, pour la majorité, clandestinement, leur pays” (MEMÓRIA VIVA, 2018).

O seu trabalho acaba por ser uma constante investigação que recolhe testemunhos daquele tempo: registos fotográficos, conferências e debates, que resultam num arquivo rico em exposições, livros e filmes. Um dos resultados desta investigação é a exposição

⁵⁴ Ver gráfico sobre âmbito de atuação das associações no anexo 20.

⁵⁵ Ver cronologia da criação de associações em França no anexo 21 e gráfico com número de nacionais a entrar em França no anexo 22.

⁵⁶ Memória Viva (2018). Disponível em: <<http://www.memoria-viva.fr/?lang=pt>> [Consultado a: 30/03/2018]

Recusar a Guerra Colonial/Refuser la Guerre Colonial que será preparada ao longo do ano de 2018 e que terá inauguração em 2019 e para a qual a associação solicitou apoios da Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP). De forma resumida, o fim desta associação - que venceu o Prémio Cap Magellan do Melhor Projeto Associativo, a 14 de outubro de 2017, na gala de homenagem à primeira República portuguesa no Hôtel de Ville, em Paris - é a “luta contra a invisibilidade da emigração portuguesa” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS/LUSA, 2017)⁵⁷.

A *CAP Magellan* é a maior e a primeira associação de jovens lusófonos que, tendo sido fundada no início da década de 90, tem como objetivo promover a língua portuguesa e a cultura lusófona (CAP Magellan, 2018). Entre as atividades e eventos da associação encontram-se fóruns franco-portugueses sobre estudos, cultura e emprego, concertos de músicos lusófonos, campanhas de cidadania e de segurança rodoviária, publicações mensais como a revista *CAPMag* e a gala comemorativa da 1ª República.⁵⁸ Para além destas atividades que pretendem unir a comunidade jovem lusófona e promover a cultura e a língua portuguesas, a CAP Magellan tem também um papel ativo no desenvolvimento das relações entre França e Portugal, mas também com os outros países de língua portuguesa como o Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor (CAP Magellan, 2018).

A *Association des Diplomés Portugais en France* (AGRAFr) tem como objetivo “representar e promover os interesses de todos os licenciados portugueses e lusodescendentes em França” (AGRAFr, 2018). Esta associação teve como inspiração na sua origem algumas associações com as quais ainda mantém relações. Entre elas encontram-se a *Portuguese American Post- Graduate Society* (PAPS), a *Portuguese Association of Researchers and Students in the United Kingdom* (PARSUK) e o *Fórum Internacional de Investigadores Portugueses* (FIIP). É possível ainda ler no site da associação que a AGRAFr empenha-se “no sucesso da comunidade portuguesa licenciada, residente em França, e na projecção da imagem de Portugal em França”, seja através do apoio à “integração dos seus membros na sociedade francesa” e ao “seu potencial regresso a Portugal”, da promoção da “interacção e partilha de experiências pessoais e profissionais, entre os membros”, da estimulação da “cooperação entre a comunidade portuguesa

⁵⁷ Diário de Notícias/Lusa (2018) “Associação Memória Viva Luta contra a Invisibilidade da Emigração Portuguesa há 14 anos”. Disponível em: < <https://www.dn.pt/lusa/interior/associacao-memoria-viva-luta-contra-invisibilidade-da-emigracao-portuguesa-ha-14-anos-8858785.html> > [Consultado a: 15/05/2018]

⁵⁸ Ver fotos da gala de homenagem à 1ª República, a 14 de outubro de 2017, organizada pela associação CAP Magellan, no anexo 23.

licenciada, a residir em França, com o meio académico e empresarial francês e português”, ou também através do fortalecimento “da posição de influência da comunidade licenciada portuguesa e lusodescendente junto da população francesa”.⁵⁹

O Instituto Lusófono destaca-se pela sua dedicação ao ensino da língua portuguesa⁶⁰. Esta associação criada em 1995, em Pontault-Combault, surgiu na sequência do aumento da procura de aulas de português nesta localidade – já lecionadas pela Associação Portuguesa Cultural e Social (APCS), que organizava aulas de português com um conjunto de professores. Assim, o Instituto Lusófono surge como uma associação independente, inteira e totalmente vocacionada para o ensino da Língua, História, Geografia e Cultura Portuguesa nesta cidade francesa dos arredores de Paris, onde se estima que 15% da população seja portuguesa ou de origem portuguesa. Desde a sua criação que o Instituto Lusófono organiza todos os anos um espetáculo de fim de ano letivo com os alunos que incluem peças de teatro, apresentações com anedotas e provérbios, canções tradicionais e populares portuguesas. Outra das missões deste Instituto é colmatar as lacunas que os alunos portugueses e luso-descendentes têm relativamente a Portugal através de visitas de estudo. Isto porque, segundo a associação, apesar de nos últimos tempos se ouvir falar muito de Portugal, a maioria dos alunos apenas conhecem Portugal como destino de férias – sol, praia e família – e ficam muitas vezes limitados às aldeias de origem dos pais e avós.

A *Coordination des Collectivités Portugaises de France* (CCPF) é a associação que reúne as associações portuguesas de todo o território francês. Esta associação é, sobretudo “un centre d’accueil et de soutien aux associations” (CCPF, 2018)⁶¹, ajudando os dirigentes associativos a criar projetos, encontrar financiamento, estabelecer contacto com outras associações. A CCPF também realiza eventos, um dos quais os encontros nacionais das associações portuguesas em França, que no ano de 2017, na sua 14ª edição, teve como tema “A Lusofonia no Mundo/O Mundo da Lusofonia”, reunindo, não só associações portuguesas, mas também lusófonas.⁶²

Segundo inquéritos realizados junto da comunidade portuguesa na área de

⁵⁹ AGRAFr (2018). *Association des Diplômés Portugais en France* – Associação [online]. Paris, AGRAFr. Disponível em: <https://agrafr.fr/associacao/> [Consultado a 15/01/2018].

⁶⁰ Todas as informações sobre o Instituto Lusófono foram recolhidas durante o tempo de estágio no CGP-Paris.

⁶¹ CCPF (2018). *Coordination des Collectivités Portugaises de France*. Disponível em: <https://ccpf-france.org/sobre/> [Consultado a 24/06/2018].

⁶² Ver fotos do ‘14º Encontro Nacional das Associações Portuguesas de França – 1ª das Associações Lusófonas’ no anexo 24.

jurisdição de Paris, 40,2% dos inquiridos conheciam alguma associação portuguesa, ou seja, quase metade.⁶³ No entanto, apenas 9,5% eram ou tinham sido membros ou sócios de alguma associação.⁶⁴ 30,7% dos inquiridos tinham participado ou assistido a alguma atividade de alguma associação, atividades que a maioria referiu como sendo jantares, almoços, convívios e espetáculos musicais que incluíam ranchos folclóricos.⁶⁵

Entre os inquiridos que tinham revelado identificar-se com a cultura lusa e que conheciam associações portuguesas em França, quando questionadas sobre se estas associações ajudavam a manter ou aumentar a ligação do inquirido a alguma dos elementos escolhidos como ligação à cultura portuguesa, 37,6% dos inquiridos afirmaram que sim, 7,7% dos inquiridos responderam “Um pouco” e 54,8% dos inquiridos revelaram que não havia uma relação entre as associações e a sua ligação à cultura portuguesa.⁶⁶ Isto significa que, do total de 179 inquiridos, 93 sentiam-se ligados à cultura portuguesa e 42 responderam que havia ligação ou alguma ligação entre o trabalho das associações e a sua ligação à cultura portuguesa. Concluindo, quase metade (42,2%) dos portugueses inquiridos que se identificam com a cultura portuguesa e que conhecem associações portuguesas apontam o associativismo português em França como um contributo para a manutenção ou intensificação da sua ligação à identidade cultural portuguesa.⁶⁷

A presente análise permite-nos concluir que o associativismo português em França é, de facto, um elemento de ligação cultural, social e identitária a Portugal. A afirmação apresentada justifica-se pelo facto de existir uma forte conexão à língua portuguesa e à vida social entre membros da comunidade, comprovada pela existência de um elevado número de associações portuguesas em França dedicadas ao ensino da língua portuguesa, à organização de convívios, de eventos culturais – sejam eles ligados à música tradicional portuguesa, à gastronomia ou a dias comemorativos em Portugal como o dia 10 de junho – dia de Portugal, de Camões e das Comunidades; ou o dia 5 de outubro – comemoração da instauração da República Portuguesa. Esta replicação da vida portuguesa e da cultura lusitana funciona como uma perpetuação das memórias daqueles que deixaram o país há décadas, há meses ou até de quem nunca tenha ido a Portugal, mas que tenha ascendência portuguesa e cuja memória de Portugal é muitas vezes apenas uma herança dos pais ou

⁶³ Ver anexo 25.

⁶⁴ Ver anexo 26.

⁶⁵ Ver anexos 27 e 28.

⁶⁶ Ver anexo 29.

⁶⁷ Ver respostas dos inquiridos sobre como é que a participação em atividades das associações portuguesas constituem uma forma de manter a ligação à cultura portuguesa no anexo 30.

avós. Esta identidade e memória que constitui essa identidade não são lineares, nem estáticas; são antes algo fluído. Tanto Hall (1990) como Stock (2010) confirmam esta não linearidade da identidade e da memória avaliando-as como uma produção que nunca está completa, um processo contínuo, reconstruções fluídas das recordações. Este processo é visível nas evocações que cada indivíduo faz nos momentos em que recorda aquilo que o faz sentir ligado a Portugal e nas histórias que cada um tem ou ouviu sobre o país.

Verifica-se uma clara facilidade em catalogar a emigração portuguesa como uma verdadeira diáspora, quando nos apoiamos na argumentação dos vários autores já citados. Ainda que alguns autores exijam o cumprimento de determinados critérios para que se verifique a existência de uma diáspora como Safran (1991) e Varadarajan (2010), consegue-se concluir que a emigração portuguesa se engloba neste conceito. Aliás, Safran afirma mesmo que no caso português existe a persistência de uma consciência de diáspora (SAFRAN, 1991), uma vez que a relativa proximidade à terra natal permite manter as relações sociais e existe uma imagem idealizada de um Portugal místico e de uma civilização portuguesa, o lusitanismo (SAFRAN, 1991).

Contudo, mesmo que em alguma das definições o caso lusitano não cumprisse os requisitos exigidos, autores há que entendem a diáspora num sentido tão amplo, que qualquer movimento migratório se enquadra no conceito, como é o caso de Beine et al (2011), Brubaker (2005) ou até Dufoix (2008). Neste sentido, o conjunto das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, podem ser academicamente consideradas como uma verdadeira diáspora.

O caso português enquadra-se igualmente na visão de Varadarajan (2010) que vê a diáspora como um ‘projeto político’. A autora defende que o vínculo de ligação de uma diáspora não surge apenas pela partilha de uma mesma origem, mas que esse vínculo é e deve ser fomentado pelas instituições da terra natal. Tal acontece com Portugal através da sua política externa portuguesa, onde o acompanhamento dos portugueses residentes no estrangeiro e a potencialização da língua portuguesa fora do país estão previstos, existindo apoios como os da DGACCP, já explorados nesta análise. Esta preocupação e consideração pelos emigrantes portugueses, é algo que acompanha também o pensamento de Shain e Barth (2003), quando afirma que as diásporas podem ser consideradas como um importante elemento da relação entre a política nacional e internacional, resultando numa crescente atenção da parte dos decisores-políticos de todo o mundo. Como refletem Beine et al, “diasporas constitute invisible nations that reside outside their origin countries”

(BEINE et al, 2011: 30).

No entanto, esta facilidade já não se aplica quando queremos caracterizar e numerar a comunidade portuguesa em França, devido à sua heterogeneidade e à falta de dados que se verifica quanto à entrada de portugueses ao longo do final do século XX e também XXI, em parte devido ao carácter clandestino de uma parte dos emigrantes portugueses das primeiras décadas da segunda metade do século XX. Esta heterogeneidade de origens, de idades, de habilitações literárias e de número de anos de emigração permitem também concluir uma certa dificuldade em catalogar as várias formas de identidade destes portugueses e luso-descendentes. Contudo, através dos inquéritos realizados foi possível perceber que uma grande parte dos inquiridos se sentem ligados à identidade portuguesa.

O associativismo português em França é um reflexo dos vários grupos de emigrantes que chegaram ao país e das suas diferentes características, necessidades e aspirações. Por um lado, as associações criadas nas décadas de 60 e 70 eram constituídas por pessoas com menos habilitações e dedicavam-se à realização de convívios, jantares, concertos de música popular portuguesa, aulas de português e francês, e à organização de clubes e torneios de futebol. Por outro lado, as associações criadas a partir dos anos 90, apesar de também se dedicarem às actividades atrás inumeradas, procuraram responder à modernização da comunidade portuguesa que já não se identificava com o Portugal mais rural e menos democrático, ainda persistente na memória de muitos, passando igualmente a dedicar-se à organização de encontros, debates, concertos com géneros musicais mais atuais e com impacto fora da comunidade, demonstrando uma maior abertura. Apesar da falta de dados relativamente à entrada de portugueses em França, verifica-se uma relação entre o fluxo da chegada de emigrantes e o número associações constituídas por ano. É notória a coincidência entre a quantidade de associações criadas e o número de saídas de portugueses de Portugal nos anos da guerra colonial e da revolução dos cravos, bem como na nova vaga de emigrantes associada aos anos que se sucederam à crise de 2008.

Pode-se afirmar que a relação entre a comunidade e estas associações é próxima, pelo menos no que diz respeito à comunidade que se identifica com a cultura portuguesa, tal como demonstram os resultados dos inquéritos já descritos e a quantidade de pessoas associadas a estes grupos, seja enquanto membros da sua organização, seja enquanto frequentadores dos eventos destas associações.

No que diz respeito à evolução desta relação, é possível perceber que antes da massificação das novas tecnologias, as associações constituíam uma forma de se conviver

com a comunidade e de ter uma conexão com cultura portuguesa através de jantares e convívios. Isto acontecia essencialmente nas décadas de 60, 70 e 80. Com o maior acesso às novas tecnologias, deu-se uma consequente facilidade nas comunicações com Portugal e o consumo cultural mais acessível, fazendo com que as associações deixassem de ser um meio tão privilegiado para manter uma ligação a Portugal e à restante comunidade. Esta questão, aliada ao envelhecimento destas associações e ao rejuvenescimento da comunidade emigrante e sua assimilação à comunidade de origem, relegaram o papel das associações a um plano mais secundário. No entanto, a nova vaga de associativismo foi capaz de corresponder às aspirações e necessidades dos novos emigrantes portugueses em França e soube acompanhar a evolução e a heterogeneidade desta comunidade, mantendo-se num plano relevante no que diz respeito ao reconhecimento da própria comunidade e também da sociedade francesa.

Os portugueses e seus descendentes sentem-se ligados a Portugal através dos elementos identitários tangíveis e intangíveis já referidos, como o caso da língua portuguesa, dos laços sociais – como a família e amigos –, da memória, da gastronomia, da música, do desporto, da religião. Esta ligação ficou também patente no resultado dos inquéritos através dos quais a maioria dos portugueses inquiridos admitiram sentir-se ligados a Portugal e referiram pelo menos um destes elementos como fator de ligação ao país de origem. É igualmente claro que as associações portuguesas são um meio potenciador destes elementos, aumentando os vínculos a Portugal.

Entende-se, portanto, que é a lusofonia um dos maiores valores da identidade cultural portuguesa e que serve de elo entre os vários membros da diáspora portuguesa. Essa ligação, apesar de natural e intrínseca, nunca teria a mesma força se não fosse pelo árduo trabalho das associações portuguesas em França que lutam pelo ensino da língua portuguesa e pela promoção do mundo lusófono.⁶⁸

⁶⁸ Veja-se a título de exemplo o 14º Encontro Nacional da associação CCPF que se focou no tema da lusofonia.

Conclusões/Recomendações

O estágio curricular realizado no Consulado Geral de Portugal em Paris constituiu uma importante etapa académica e profissional. Esta relevância justifica-se pela oportunidade de pôr em prática os conhecimentos adquiridos durante o percurso académico no Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização em Globalização e Ambiente.

Através do dia a dia da vida consular, foi possível compreender de que forma é que o Estado português interage à distância com a comunidade portuguesa da área de jurisdição deste consulado. A passagem pelo Serviço Cultural e Associativo permitiu perceber de que forma é que a cultura portuguesa é apoiada, quer através da cedência de espaço para eventos culturais e sua divulgação, quer através do apoio monetário a projetos de associações focadas em difundir a cultura portuguesa e o modo de vida português entre a comunidade. Já o tempo passado noutros Serviços como a Chancelaria B/Espaço do Cidadão e o Centro Emissor, permitiu conhecer o papel do consulado enquanto intermediador burocrático entre os portugueses residentes no estrangeiro e o Estado português, através da emissão de documentos essenciais na vida de qualquer cidadão. Também a observação do trabalho realizado noutros serviços do consulado permitiu perceber que um posto consular também presta apoio jurídico e social, sendo um centro multidisciplinar onde qualquer cidadão pode pedir aconselhamento e ajuda de várias naturezas.

Esta responsabilidade de ser um elo entre instituições públicas portuguesas e os seus cidadãos funciona também como uma forma de recolher experiências e observar a vida dos portugueses no estrangeiro, com o objetivo último de melhorar a execução de políticas dirigidas às comunidades residentes no estrangeiro. Esta é, de resto, uma das atribuições da DGACCP.

É possível, portanto, destacar aquele que foi um dos principais pontos positivos do estágio: o contacto com a comunidade portuguesa em França, através das associações e dos utentes do CGP-Paris, todos eles verdadeiros embaixadores de Portugal em França.

É também de destacar o empenho de muitos funcionários consulares que, em articulação com o Cônsul-Geral e o Cônsul-Geral Adjunto, tentam multiplicar-se para conseguir o bom funcionamento de todos os serviços, sendo eles, por isso, um exemplo de

profissionalismo, de entrega à causa pública e uma fonte de inspiração e aprendizagem.

Não poderia deixar de sublinhar também todos os ensinamentos do responsável pelo serviço onde a maior parte do estágio se realizou, o Miguel Costa, que, com toda a sua dedicação, simpatia e paciência, tentou sempre ensinar-me tudo o que podia e fazer com que me sentisse bem-vinda e integrada no Consulado.

Em relação ao trabalho realizado junto ao Serviço Cultural e Associativo, não poderia deixar de referir as dificuldades que decorreram da mudança de legislação dos apoios ao movimento associativo e que sobrecarregaram este serviço com uma responsabilidade acrescida, num curto espaço de tempo, algo já descrito do desenvolvimento deste relatório. De facto, apesar das formações realizadas pela DGACCP para ajudar os dirigentes associativos a terem sucesso nas suas candidaturas a estes apoios, certo é que os dirigentes continuaram com muitas dúvidas e com a sensação de que o acesso a estes fundos estaria a ser dificultado, em vez de facilitado. Esta dificuldade, tanto por parte dos membros das associações e como de quem apoia estas candidaturas – o Serviço Cultural e Associativo do CGP-Paris – poderia ser resolvida com um período de candidaturas mais alargado e com mais apoio aos funcionários consulares que têm de prestar este auxílio.

Relativamente ao funcionamento geral do CGP-Paris, há também algumas questões a apresentar. Apesar de todos os esforços, há situações que ultrapassam a boa vontade e entrega de quem trabalha todos os dias para conseguir um melhor serviço aos cidadãos portugueses. Aquilo que se considera como uma das maiores dificuldades existentes no CGP-Paris e que ultrapassa qualquer funcionário, é a falta de acessos a pessoas com mobilidade reduzida a um dos serviços mais utilizados do consulado: a entrega de cartões de cidadão e passaportes. De facto, os dois edifícios que constituem o espaço físico do CGP-Paris foram sendo adaptados ao longo dos anos e, apesar de estarem os dois ligados, esta ligação está vedada por corredores privados e por portas que têm códigos. Estas ligações apenas disponíveis para os funcionários não seriam um problema se os elevadores existentes, um em cada um dos edifícios, estivessem em funcionamento. No entanto, apenas um funciona, não excecionalmente, mas como regra. Desta forma, o acesso à entrega de cartões de cidadão e passaportes é feito através de uma estreita e sombria escada em caracol, onde só há espaço de passagem num sentido. Esta situação obriga a que todos os carrinhos de bebé tenham de ser deixados na pequena receção do consulado, onde diariamente existem grandes filas de pessoas; a que pessoas com plena mobilidade estejam

sujeitas a quedas, uma vez que quando há pessoas a vir em sentido contrário têm de recuar; e que, mais grave, pessoas com mobilidade reduzida, não possam levantar pessoalmente os seus documentos. Esta situação seria resolvida com o funcionamento do elevador que está parado e com o alargamento destas escadas.

Outra dificuldade que ultrapassava igualmente os funcionários consulares era o mau funcionamento do sistema informático que falhava sucessivamente, por vezes durante horas, obrigando a que os utentes ficassem presos ao consulado ou a voltar noutro dia, ora porque não conseguiam os documentos de que necessitavam, ora porque não conseguiam concluir o seu pagamento.

No que diz respeito ao papel do MNE na concretização do Programa do XXI Governo Constitucional, a alteração da forma como as associações acedem a apoios financeiros para realizarem as suas atividades, ao invés de modernizar a ligação entre as instituições e a diáspora, apenas aumenta a burocracia já existente, para além de reduzir o apoio à preservação e transmissão da cultura do país de origem às comunidades, outro dos objetivos do programa e algo que a maioria das associações consegue concretizar de forma voluntária. Dificultar ainda mais o acesso ao escasso financiamento existente, é uma contrariedade aos objetivos propostos.

De forma geral, a minha bagagem de competências profissionais foi enriquecida por esta passagem de cinco meses pelo CGP-Paris, pelo envolvimento direto e indireto em muitos momentos importantes do funcionamento do Consulado. O CGP-Paris foi uma importante passagem na minha vida académica e profissional.

Bibliografia

AGRAFr (2018). *Association des Diplômés Portugais en France – Associação* [online]. Paris, AGRAFr. Disponível em: < <https://agrafr.fr/associacao/> > [Consultado a 15/01/2018].

Almeida, J.C. Ferreira de (1964). *A emigração portuguesa para França em 1953-65: alguns aspectos quantitativos*, *Análise Social*, II (7-8).

Andersen, Benedict (2006). *Imagined Communities - Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso.

Arroteia, Jorge de (1983). *A Emigração Portuguesa - suas origens e distribuição*. Amadora: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Arroteia, Jorge Carvalho (2010). *Portugueses em diáspora: Identidade e Cidadania*. *População e Sociedade*, 18, pp. 145-159.

Baganha, Maria Ioannis B., (1994). *As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional*. *Análise Social*, 29 (128), pp. 959-980.

Barre, Jorge de la, (1997), *Jeunes d'Origine Portugaise en Association - On est européen sans le savoir*. Paris: Éditions L'Harmattan.

Beine, Michel & Docquier Frédéric & Ozden Çağlar (2011). *Diasporas*. *Journal of Development Economics* (95), pp. 30-41.

Beswick, Jaine (2010). *Diasporas and language*. (Ed.), Knott, Kim & McLoughlin, Seán, (2010). *Diasporas - Concepts, Intersections, Identities*. Londres: Zed Books.

Brubaker, Rogers & Cooper, Frederick, (2000). *Beyond 'identity'*. *Theory and Society* (29), pp. 1-47

Brubaker, Rogers, (2005). *The 'diaspora' diaspora*. *Ethnic and Racial Studies*, 28 (1), pp. 1- 19

CAP Magellan (2018). *CAP Magellan – Qui sommes nous* [online]. Paris, CAP Magellan. Disponível em: < <http://capmagellan.com/qui-sommes-nous/> > [Consultado a 15/01/2018]

Camões (2018) *Instituto Camões da Cooperação e da Língua*. Disponível em: < <http://www.instituto-camoes.pt/> > [Consultado a: 06/04/2018]

CCPF - Coordination des Collectivités Portugaises de France (2018). *CCPF – Qui sommes nous* [online]. Paris, CCPF. Disponível em: < <https://ccpf-france.org/sobre/> > [Consultado a: 20/06/2018]

Cohen, Robin, (2008). *Diasporas*. Nova Iorque: Routledge

Consulado Geral de Portugal em Paris (2018). *Consulado Geral de Portugal em Paris*. Disponível em: <https://www.consuladoporugalparis.org/index.php>. [Consultado a: 06/03/2018].

Constituição da República Portuguesa. (2018) Disponível em: Diário da República [online] < <https://dre.pt/constituicao-da-republica-portuguesa> > [Consultado em: 20/04/2018]

Crang, Philip (2010). *Diasporas and material culture*. (Ed.), Knott, Kim & McLoughlin, Seán, (2010). *Diasporas - Concepts, Intersections, Identities*. Londres: Zed Books.

Decreto-Lei n.º 124/2017 de 27 de setembro. *Nova Lei de Apoio ao Movimento Associativo*. Disponível em: Diário da República (online) < <https://dre.pt/application/conteudo/108219722> >. [Consultado em: 20/04/2018]

Decreto-Lei nº 121/2011, de 29 de Dezembro. *Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Disponível em Diário da República (online) < <https://dre.pt/application/conteudo/145192> >

Decreto-Lei nº 71/2009. *Regulamento Consular Português*. Disponível em Diário de República: < <https://dre.pt/pesquisa/-/search/603208/details/maximized> > [Consultado a: 28/04/2018]

Despacho nº16 155 (2ª série). *Regulamento de atribuição de apoio pela DGACCP*. Disponível em Diário da República (online): < http://www.secomunidades.pt/pdfs/regulamento_de_atribuicao_de_apoios_pela_dgaccp.pdf > [Consultado a: 20/05/2018]

Department of Economic and Social Affairs (DESA), United Nations (2017) - *International Migration Report*, DESA, Nova Iorque

Diário de Notícias/Lusa 2017. “Associação Memória Viva luta contra a invisibilidade da emigração portuguesa há 14 anos”, *Diário de Notícias/Lusa*, 20 de outubro de 2017. Disponível em: < <https://www.dn.pt/lusa/interior/associacao-memoria-viva-luta-contra-invisibilidade-da-emigracao-portuguesa-ha-14-anos-8858785.html> > [Consultado a: 13/05/2018]

Dufoix, Stéphane (2003). *Diasporas*. California: University of California Press.

Embaixada de Portugal em França (2018). *Embaixada de Portugal em França*. Disponível em: < <https://www.paris.embaixadaportugal.mne.pt/pt> >. [Consultado em: 02/05/2018]

Epefrance (2018). *Coordenação de Ensino Português em França*. Disponível em: < <http://www.epefrance.org/quem-somos/> > [Consultado a: 06/03/2018]

Hall, Stuart, (1990). *Cultural Identity and Diaspora*. In: Rutherford, Jonathan (1990). *Identity: Community, Culture, Difference*. Londres: Lawrence & Wishart.

Hall, Stuart & Du Gay, Paul (1996). *Questions of Cultural Identity*. Londres: SAGE Publications

International Organization for Migration (2018). *World Migration Report 2018* [online] – Disponível em: <<http://www.iom.int/wmr/chapter-2>> [Consultado a: 22/09/2018]

Knott, Kim & McLoughlin, Seán, (2010). *Diasporas - Concepts, Intersections, Identities*. Londres: Zed Books.

Lei orgânica nº9/2015, de 29 de julho. *Lei da Nacionalidade*. Disponível em Diário da República (online): <https://dre.pt/application/conteudo/69889521> [Consultado a: 15/06/2018].

Martins, Moisés de Lemos (2014). *Língua Portuguesa, Globalização, Lusofonia*. São Paulo: EDUC – Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Memória Viva (2018). *Memória Viva – Qui sommes nous*. [online] Paris, Memória Viva. Disponível em: < <http://www.memoria-viva.fr/qui-sommes-nous/> > [Consultado a

15/01/2018].

Observatório da Emigração 2017. *França – Séries Anuais*. [Online] Lisboa, Observatório da Emigração. Disponível em: < <http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=74> > [Consultado a 15/01/2018].

Pereira, Carlos, 2017. “Rosa Teixeira Ribeiro: Há funcionários consulares sem cobertura social”, *Luso Jornal*, 5 de Setembro de 2017. Disponível em: <https://lusojornal.com/2017/09/05/rosa-teixeira-ribeiro-ha-funcionarios-consulares-sem-cobertura-social/> [Consultado a: 29/05/2018].

Pereira, Cláudia (2013), "Identidade de filhos de emigrantes portugueses: entrevista a Jorge de la Barre", *Observatório da Emigração*, 11 de novembro de 2012. Disponível em: < <http://observatorioemigracao.pt/np4/4679.html> > [Consultado a: 04/01/2018]

PORDATA 2017. *Emigrantes: total e por tipo*. [Online] Lisboa, PORDATA. Disponível em: < <http://www.pordata.pt/Portugal/Emigrantes+total+e+por+tipo-21> >. [Consultado a 15/01/2018].

Portal das Comunidades (2018). *Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades*. Disponível em Portal das Comunidades (online): < <https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/quem-somos/direcao-geral-dos-assuntos-consulares-e-das-comunidades-portuguesas>>. [Consultado a: 06/03/2018].

Portal Diplomático (2018). Disponível em Portal Diplomático (online): <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/carreiras-e-opportunidades/estagios-do-mne> [Consultado a: 04/04/2018]

Programa do XXI Governo Constitucional (2015-2019). Disponível em República Portuguesa | XXI Governo Constitucional (online): <https://www.portugal.gov.pt/ficheiros-geral/programa-do-governo-pdf.aspx> . [Consultado a: 23/06/2018]

Rocha, Duarte Pinto (2014) *Consulado*. (Org.), Mendes, Nuno Canas & Coutinho, Francisco Pereira (2014). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Publicações D. Quixote.

Rocha, Duarte Pinto (2014) *Embaixada*. (Org.), Mendes, Nuno Canas & Coutinho,

Francisco Pereira (2014). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Publicações D. Quixote.

Safran, William (1991). *Diaspora - Diasporas in Modern Societies: Myths of Homeland and Return*. *A Journal of Transnational Studies*, (1/Spring), (1).

Shain, Yossi & Barth Aharon (2003). *Diasporas and International Relations Theory*. *International Organization*, 57 (Summer), pp. 449-479.

Smith, Anthony D. (1991) *National identity*. Las Vegas, University of Nevada Press.

Sobral, José Manuel (2012). *Portugal, Portuguese: Uma Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Relógio D'Água Editores.

Stock, Femke (2010). *Home and Memory*. (Ed.), Knott, Kim & McLoughlin, Seán, (2010). *Diasporas - Concepts, Intersections, Identities*. Londres: Zed Books.

Tololyan, Katchig (2002). *Diaspora: Movement, Memory, Politics and Identity*. Overview – Keynote Address, pp. 1-15.

Tololyan, Katchig (2017). *Estudos da Diáspora: Passado, Presente e Promessa*. International Migration Institute, Tradução e Diásporas Negras, (13), pp. 22-39

Varadarajan, Latha (2010). *The Domestic Abroad - Diasporas in International Relations*. Oxford: Oxford University Press.

Anexos

Anexo 1 - Formulário de inquérito distribuído à amostra de inquiridos (Google Forms)

Identidade cultural portuguesa e associações portuguesas em França

*Obrigatório

Inquérito realizado no âmbito do relatório de estágio no Consulado Geral de Portugal em Paris, do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.



Idade *

Sua resposta

Cidade francesa onde habita *

Sua resposta

Nacionalidade (s) *

Sua resposta

Local/Cidade/País de origem *

Sua resposta

Há quantos anos está em França? *

☐ 0-5

☐ 6-10

☐ 11-15

☐ 16-20

☐ 21-25

☐ +26

Associações

Conhece alguma associação portuguesa em França? *

☐ Sim

☐ Não

Se sim, qual/quais?

Sua resposta

É membro ou sócio de alguma associação portuguesa em França? *

☐ Sim

☐ Não

Se sim, qual/quais?

Sua resposta

Já participou nalgum evento/atividade de alguma associação portuguesa em França? (Ex.: concerto, jogo de futebol, conferência, encontro, aula de português, etc.) *

☐ Sim

☐ Não

Se sim, qual/quais?

Sua resposta

Cultura e Identidade

Sente-se ligado à cultura portuguesa? *

☐ Sim

☐ Um pouco

☐ Não

Se sim, de que forma é que se sente ligado? Seleccione todas as razões que considere contribuírem para essa ligação.

☐ Língua portuguesa

☐ Família/Amigos

☐ Música

☐ Desporto/Futebol

☐ Religião

☐ Memória

☐ Comida

Outros

Sua resposta

Se sim, considera que as associações portuguesas em França ajudam a manter/aumentar a sua ligação a alguma destas áreas culturais?

☐ Sim

☐ Um pouco

☐ Não

De que forma?

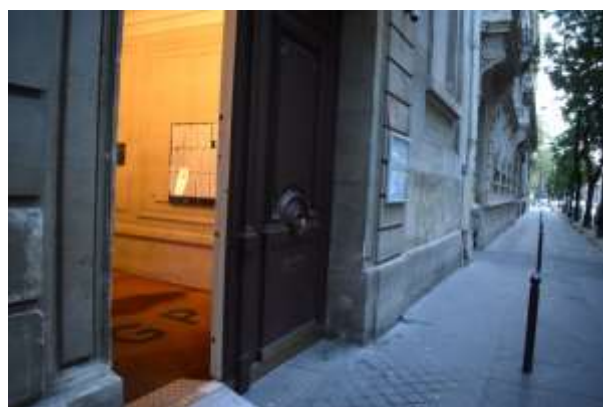
Sua resposta

Enviar

Respostas enviadas para: [Formulário Google](#)

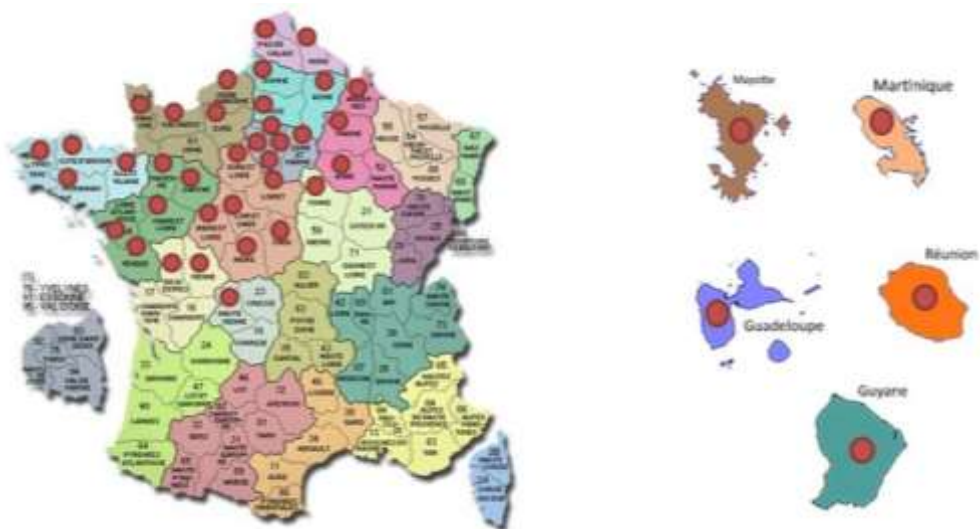
Fonte: Realizado pela autora.

Anexo 2 - Exterior dos edificios do CGP-Paris.



Fonte: Fotos Catarina Andrade

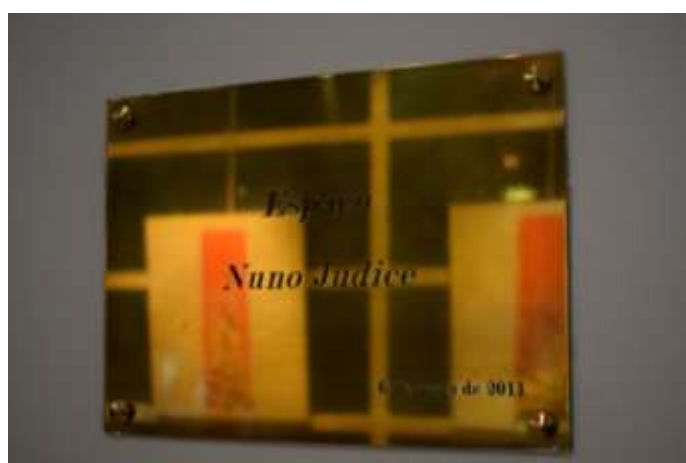
Anexo 3 - Área de jurisdição do CGP-Paris. No total são 45 departamentos/territórios que incluem arquipélagos franceses.



**Anexo 4 - Exterior e interior dos edifícios do CGP-Paris; Salões Eça de Queirós;
Espaço Nuno Júdice.**



Fonte: Fotos Catarina Andrade



Anexo 5 - 1º Encontro de Investigadores Portugueses em França organizado pela associação AGRAFr.



Fonte: Fotos Catarina Andrade, 30/09/2017

Anexo 6- Inauguração da exposição “Singularités du Blanc” de João Moniz.



Fonte: Fotos Catarina Andrade, 04/10/2017

Anexo 7- Convite para o lançamento do livro “Nem Tudo Acontece Por Acaso” de Manuel do Nascimento.



O Cônsul-Geral de Portugal em Paris
tem o prazer de convidar V. Exa. a assistir à apresentação do livro

“Nem Tudo Acontece Por Acaso”
De Manuel do Nascimento

Quinta-feira, dia 19 de outubro às 18h30



Consulado-Geral de Portugal em Paris
Salão Eça de Queirós
(6, rue Georges Berger - 75017 Paris)

Fonte: Catarina Andrade

Anexo 8- Lançamento do livro “Nem Tudo Acontece por Acaso” de Manuel do Nascimento.



Fonte: Fotos Catarina Andrade, 19/10/2017

Anexo 9 – Convite para o lançamento da revista “JG – Magazine Jumelages | Geminações”.



Fonte: Catarina Andrade

Anexo 10 – Lançamento da revista “JG – Magazine Jumelages | Geminações”, por Ricardo Rodrigues.



Fonte: Fotos Catarina Andrade, 17/11/2017

Anexo 11 – Lançamento da 3ª edição do livro “10 Nomes, 10 Histórias” da Lusopress.



Fonte: Fotos Catarina Andrade, 24/11/2017.

Anexo 12 – 1ª foto: Visita de D. Manuel Clemente à comunidade portuguesa em Paris, 13/10/2017; 2ª foto: atribuição de bolsas de estudo a estudantes em França pela seguradora Império e pela associação CAP Magellan, 09/12/2017.



Fonte: Fotos Catarina Andrade

Anexo 13 – Formulário de relatório final da DGACCP para finalizar as candidaturas que se regiam pelo Despacho nº16 155/2005 (2ª série).



Relatório Final

(Regulamento de Pedidos de Atribuição de Apoios, Despacho n.º 16 155/2005)

Preenchimento Eletrónico

As áreas de preenchimento a cinzento expandem-se automaticamente.

1. DESIGNAÇÃO DO PROJETO

2. DURAÇÃO DO PROJETO

DATA DE INICIO [Clique aqui para introduzir uma data.](#)

DATA DE TERMO [Clique aqui para introduzir uma data.](#)

3. OBJETIVOS CONFORME AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS DA DGACCP

SELECIONE AS OPÇÕES ADEQUADAS

- ☐ PROMOVEU A INTEGRAÇÃO SOCIAL, ESCOLAR, CULTURAL E POLÍTICA DOS JOVENS LUSODESCENDENTES
- ☐ REFORÇOU A LIGAÇÃO DOS PORTUGUESES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO À VIDA SOCIAL, POLÍTICA, CULTURAL E ECONÓMICA DO PAÍS DE ACOLHIMENTO
- ☐ PROMOVEU E DIVULGOU A LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESA NO ESTRANGEIRO

- ☐ APROFUNDOU O ESTUDO DE QUESTÕES CONEXAS À EMIGRAÇÃO E COMUNIDADES PORTUGUESAS
- ☐ REFORÇOU OS LAÇOS DE SOLIDARIEDADE ENTRE MEMBROS DA COMUNIDADE, NOMEADAMENTE NO QUE TOCA A POPULAÇÃO IDOSA E CARENCIADA
- ☐ ESTIMULOU E CONSOLIDOU OS VÍNCULOS DE PERTENÇA À CULTURA PORTUGUESA

4. OUTRAS PARCERIAS - INFORMAÇÃO GERAL

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE PARCEIRA	TIPO DE PARCERIA	
	FINANCEIRA	NÃO FINANCEIRA
	☐	☐
	☐	☐
	☐	☐
	☐	☐
	☐	☐
	☐	☐

5. DESCRIÇÃO GERAL DO PROJETO

CASO SE APLIQUE PODERÁ ANEXAR AO PRESENTE RELATÓRIO: FOTOS, GRÁFICOS, TABELAS, PANFLETOS, INQUÉRITOS, ENTRE OUTRA DOCUMENTAÇÃO CONSIDERADA ADEQUADA.

5.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO TEMA OU ÁREA TEMÁTICA DO PROJETO



5.2. ATIVIDADES EXECUTADAS

- SE APLICÁVEL ANEXE O CALENDÁRIO/PROGRAMA FINAL.



- NO CASO DE SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS OU PALESTRAS, ANEXE UMA CÓPIA DAS INTERVENÇÕES DOS ORADORES/ PALESTRANTES OU UM RELATO DETALHADO DAS MESMAS.
- NO CASO DE ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL, INDIQUE O TIPO DE CADA AÇÃO REALIZADA.



5.3. PARTICIPANTES

- CARACTERIZE O PÚBLICO ALVO
- INDIQUE O NÚMERO DE PARTICIPANTES
- INDIQUE OUTRA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA: IDADE E GÊNERO



5.4. OUTRA INFORMAÇÃO

QUANDO APLICÁVEL, INCLUA:

- NÚMERO, IDADES E GÊNERO DAS PESSOAS APOIADAS POR CADA ATIVIDADE SOCIAL
- NÚMERO, IDADES E GÊNERO DAS PESSOAS APOIADAS POR CADA ATIVIDADE EDUCATIVA



5.5. BALANÇO

ENTRE OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA ÚTIL, REFIRA:

- SE CONSIDERA O PROJETO BEM SUCEDIDO OU NÃO E RESPECTIVAS RAZÕES
- SE PREVÊ OU NÃO A CONTINUIDADE DO PROJETO E RESPECTIVAS RAZÕES
- QUE FATORES CONSIDERA ESSENCIAIS À SUSTENTABILIDADE DO PROJETO
- SE PONDERA ESTABELECE PARCERIAS LOCAIS COM OUTRAS ENTIDADES PORTUGUESAS E/OU ENTIDADES DO PAÍS DE ACOLHIMENTO





5.6. DIVULGAÇÃO

DESCREVA O TIPO DE DIVULGAÇÃO REALIZADA PARA PROMOVER O PROJETO EM ANÁLISE



6. PRESTAÇÃO DE CONTAS

PARA ALÉM DE PREENCHER OS QUADROS QUE SE SEGUEM, PODERÁ ANEXAR CÓPIA DOS RESPETIVOS COMPROVATIVOS E SE CONSIDERAR NECESSÁRIO UM QUADRO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL MAIS DETALHADO.

A. CUSTOS

1. VIAGENS	UNIDADE	€	TOTAL	
€				
2. ALOJAMENTO	POR NOITE	€	TOTAL	€
3. EQUIPAMENTOS				€
4. ALUGUER DE ESPAÇOS				€
5. DIVULGAÇÃO/MATERIAL PROMOCIONAL				€
6. ARTISTAS				€
7. OUTROS CUSTOS (INDIQUE QUAIS)				€
				€
				€
				€
				€
CUSTOS TOTAIS				€



Fonte: DGACCP

Anexo 14 – Novo formulário de candidatura aos apoios da DGACCP segundo o Decreto-Lei nº 124/2017, 27 de Setembro.

**Formulário de Candidatura
de
Atribuição de Apoios**

Preenchimento Eletrónico

As áreas de preenchimento a cinzento expandem-se automaticamente.

TODOS OS CAMPOS SÃO DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

ÁREA DE JURISDIÇÃO CONSULAR

ANO DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA

Clique aqui para introduzir uma data.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CANDIDATA

- DENOMINAÇÃO

- SEDE

ENDEREÇO COMPLETO:

CONTACTOS (ENDEREÇO ELETRÓNICO E NÚMEROS DE TELEFONE E FAX):

- INSTALAÇÕES

PRÓPRIAS

☐

ARRENDADAS

☐

CEDIDAS

☐

- DATA DE CONSTITUIÇÃO

Clique aqui para introduzir uma data.

- ÂMBITO

NACIONAL

☐

REGIONAL

☐

LOCAL

☐

- NÚMERO DE ASSOCIADOS

- NÚMERO DE TRABALHADORES PERMANENTES

- ÓRGÃO DIRETIVO

NÚMERO DE ELEMENTOS:

- IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE E OU DE QUEM OBRIGA A ENTIDADE

NOME:

IDADE:

ENDEREÇO COMPLETO:



CONTACTOS (ENDEREÇO ELETRÓNICO E NÚMEROS DE TELEFONE E FAX):

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

CARGO DESEMPENHADO (SE OUTRO QUE NÃO O DE PRESIDENTE):

- PRINCIPAIS OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO

- FONTES DE FINANCIAMENTO HABITUAIS

- COLABORAÇÃO HABITUAL COM OUTRAS ENTIDADES

NÃO

☐

SIM

☐

QUAIS:

2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

- DESIGNAÇÃO

- ÂMBITO GEOGRÁFICO DE EXECUÇÃO

ÁREA DE JURISDIÇÃO CONSULAR:

PRAZO DE EXECUÇÃO

DATA DE INÍCIO

[Clique aqui para introduzir uma data.](#)

DATA DE CONCLUSÃO

[Clique aqui para introduzir uma data.](#)



- **DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO, EM FUNÇÃO DOS OBJETIVOS GERAIS PREVISTOS NO DECRETO-LEI N.º 124/2017, DE 27 DE SETEMBRO.**

- **RESULTADOS ESPERADOS E QUANTIFICADOS (SENDO CASO DISSO)**

- **PÚBLICO-ALVO COM ESPECIFICAÇÃO DO NÚMERO PREVISÍVEL DE ABRANGIDOS**

- **IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DO PROJETO**

NOME:

IDADE:

ENDEREÇO COMPLETO:

CONTACTOS (ENDEREÇO ELETRÓNICO E NÚMEROS DE TELEFONE E FAX):

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS:

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

RELAÇÃO COM A ENTIDADE CANDIDATA: SEM VÍNCULO ATUAL ☐



COM VÍNCULO ATUAL (ASSOCIADO OU TRABALHADOR)

☐

- EQUIPA DO PROJETO

NÃO PREVISTA		☐
PREVISTA		☐
NÚMERO DE ELEMENTOS		
HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	ENSINO SUPERIOR	☐
	ENSINO SECUNDÁRIO	☐
	ENSINO BÁSICO	☐
	OUTRO	☐
RELAÇÃO COM A ENTIDADE CANDIDATA	SEM VÍNCULO ATUAL	☐
	COM VÍNCULO ATUAL (ASSOCIADO OU TRABALHADOR)	☐
ATIVIDADE DESEMPENHADA (SE TRABALHADOR)		

- PARCERIA COM OUTRAS ENTIDADES

NÃO	☐
SIM	☐
QUAIS:	



3. PREVISÃO ORÇAMENTAL DA REALIZAÇÃO DO PROJETO

Recomenda-se a leitura prévia do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 124/2017, de 27 de setembro, que estabelece e regula as condições de atribuição de apoios, por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, às ações do movimento associativo, relativo à elegibilidade de despesas.

Cada tipo de despesa deve ser inscrito separadamente, podendo acrescentar-se as linhas que forem necessárias.

Na previsão de receitas, deve ser identificada a respetiva origem (entidade que concede o apoio ou, no caso de afetação de recursos próprios, a própria entidade candidata) e o tipo (financeiro, oferta de material ou outro, com indicação, nestes casos, de valores estimados).

PREVISÃO DE DESPESAS		
TIPO DE DESPESA	MONTANTE	
		EUROS
		EUROS
		EUROS
		EUROS
		EUROS
		EUROS
		EUROS
		EUROS
		EUROS
		EUROS



		EUROS
		EUROS
		EUROS
		EUROS
		EUROS
TOTAL		EUROS

PREVISÃO DE RECEITAS				
RECEITA		MONTANTE		
ORIGEM	TIPO			
				EUROS
				EUROS
				EUROS
				EUROS
				EUROS
				EUROS
				EUROS
				EUROS



			EUROS
			EUROS
			EUROS
TOTAL			EUROS

4. APOIO A SOLICITAR À DGACCP

FINANCEIRO EUROS

5. APOIOS RECEBIDOS DA DGACCP NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS



6. DOCUMENTOS A APRESENTAR

TODOS OS FORMULÁRIOS DE CANDIDATURA DEVERÃO SER ACOMPANHADOS DOS SEGUINTE ANEXOS:

- PROGRAMA DO PROJETO, COM CRONOGRAMA DETALHADO
- ORÇAMENTO DETALHADO DO PROJETO
- PLANO DE ATIVIDADES CALENDARIZADO E ORÇAMENTO DO ANO PARA O QUAL SE SOLICITA O APOIO, APROVADOS E ASSINADOS PELOS ÓRGÃOS SOCIAIS
- RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS RELATIVOS AO ANO ANTERIOR AO DA APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA, APROVADOS E ASSINADOS PELOS ÓRGÃOS SOCIAIS
- CERTIDÕES COMPROVATIVAS DE SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA E TRIBUTÁRIA REGULARIZADAS (QUANDO APLICÁVEL)
- DECLARAÇÃO ANEXA AO PRESENTE FORMULÁRIO

7. NOTAS EXPLICATIVAS

DECLARAÇÃO

IMPRIMA E PREENCHA A DECLARAÇÃO CONSTANTE **DA ÚLTIMA PÁGINA.** DEVERÁ INCLUI-LA ENTRE OS RESTANTES ANEXOS DO FORMULÁRIO DE CANDIDATURA.

É CONDIÇÃO PRÉVIA DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA A CREDENCIAÇÃO DA ENTIDADE JUNTO DA DGACCP, PARA O QUE É NECESSÁRIA A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:



- ATO DE CONSTITUIÇÃO;
- ESTATUTOS APROVADOS;
- COMPROVATIVO DE REGISTO JUNTO DAS AUTORIDADES DO PAÍS ONDE ESTÁ SEDIADA;
- PLANO DE ATIVIDADES CALENDARIZADO E ORÇAMENTO, APROVADOS E ASSINADOS PELOS ÓRGÃOS SOCIAIS;
- RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DO ANO ANTERIOR, APROVADOS E ASSINADOS PELOS ÓRGÃOS SOCIAIS.

A CANDIDATURA DEVERÁ SER APRESENTADA NO POSTO CONSULAR OU NA SECÇÃO CONSULAR DA EMBAIXADA TERRITORIALMENTE COMPETENTE, EM RAZÃO DA ÁREA DE EXECUÇÃO DO PROJETO.



DECLARAÇÃO

O (s) responsável (eis) pela apresentação deste pedido declara(m)

Ter conhecimento do disposto no Decreto-Lei n.º 124/2017, de 27 de setembro, que estabelece e regula as condições de atribuição de apoios, por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, às ações do movimento associativo,

E

Atesta(m), sob compromisso de honra, a veracidade das informações constantes deste formulário e do pedido de apoio financeiro, bem como não ter sido a requerente condenada por sentença transitada em julgado por factos relativos à prossecução do seu objeto¹.

, Clique aqui para
introduzir uma data.

[Local], [data]

¹ Tendo-o sido, indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.



Fonte: DGACCP

Anexo 15 - Principais diferenças entre os regulamentos de procedimento de candidaturas das associações portuguesas aos apoios da DGCAPP.

	Despacho nº 16 155/2005 (2ª série)	Decreto-Lei nº124/2017, 27 de Setembro
Apresentação de candidaturas	Podem ser enviadas directamente ao Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, à DGACCP, ou à embaixada ou consulado da respectiva área de jurisdição.	São apresentadas junto do posto consular ou da secção consular.
Prazos	Até 90 dias antes da data prevista para o início da ação ou projeto.	Entre 1 de outubro e 31 de dezembro de cada ano para ação ou projeto a realizar no ano civil seguinte.
Documentos	• Formulário de candidatura • Orçamento global	• Formulário de candidatura • Orçamento global • Plano de actividades calendarizado e orçamento do ano para o qual se solicita o apoio, aprovados e assinados pelos órgãos sociais • Relatório de actividades e contas relativas ao ano anterior ao da apresentação da candidatura, aprovados e assinados pelos órgãos sociais • Certidões comprovativas de situação contributiva e tributária regularizadas • Declaração, sob compromisso de honra, de não condenação da pessoa colectiva ou dos titulares dos seus órgãos sociais por fatos relativos à prossecução do seu objeto, por sentença transitada em julgado, nos cinco anos que precedam a candidatura • Declaração, sob compromisso de honra, da veracidade das informações prestadas, nos termos constantes do formulário de candidatura • Programa do projeto com cronograma
Elegibilidade das despesas	Não existem indicações relativamente aos limites da elegibilidade das despesas.	Não são elegíveis as seguintes despesas: • Encargos correntes e permanentes que digam respeito ao regular e normal funcionamento da entidade candidata ao apoio • Aquisição de instalações

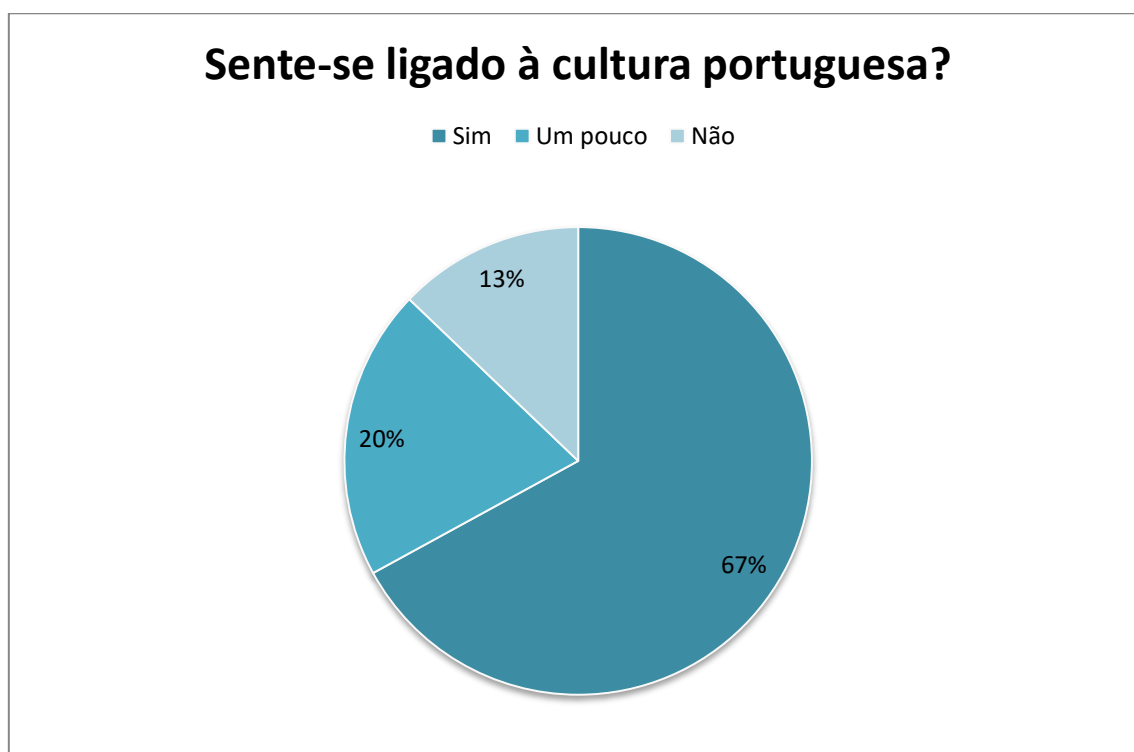
		• Aquisição e aluguer de veículos automóveis • Aquisição de instrumentos, equipamentos científicos, técnicos e de software • Viagens, alojamento, alimentação e ajudas de custo de qualquer espécie de colaboradores permanentes da entidade candidata ao apoio
--	--	---

Fonte: Despacho nº 16 155/2005 (2ª série) e Decreto-Lei nº 124/2017, 27 de Setembro.

Anexo 16- Notícias publicadas durante o tempo de estágio no site do CGP-Paris:

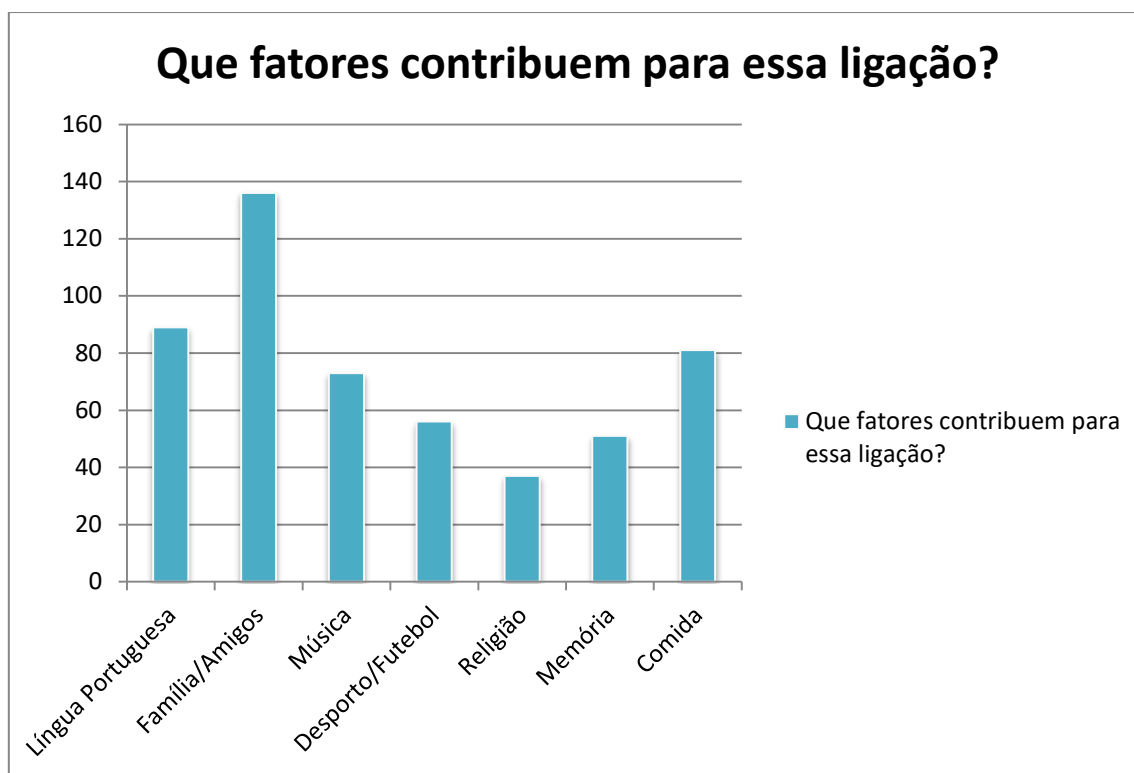
- 1- [4ª Edição do Concurso “Dá voz à letra: concurso de leitura em língua portuguesa”](#) – 29 de Setembro de 2017
- 2- [Plataforma "Português mais perto"](#) – 3 de outubro de 2017
- 3- [1º Encontro de Investigadores Portugueses em França](#) – 3 de outubro de 2017
- 4- [Inauguração da exposição “Singularités du Blanc” de João Moniz](#) – 6 de outubro de 2017
- 5- [“Tâmega e Sousa Internacionaliza”](#) – 13 de outubro de 2017
- 6- [Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, visita comunidade portuguesa em Paris](#) – 13 de outubro de 2017
- 7- [14º Encontro Nacional das Associações Portuguesas de França](#) – 17 de outubro de 2017
- 8- [Novas regras no apoio ao Movimento Associativo](#) – 18 de outubro de 2017
- 9- [Manuel do Nascimento apresenta romance “Nem Tudo Acontece Por Acaso”](#) – 20 de outubro de 2017
- 10- [Empresa Promotora da Língua Portuguesa](#) – 25 de outubro de 2017
- 11- [Portugal eleito para o Conselho Executivo da UNESCO](#) – 8 de novembro de 2017
- 12- [Apresentação da revista “JG – Jumelages | Geminações”](#) – 17 de novembro de 2017
- 13- [2ª Formação da DGACCP sobre o Novo Regime Legal de Apoios ao Movimento Associativo](#) – 23 de novembro de 2017
- 14- [Casa de Portugal – André de Gouveia comemorou 50 anos](#) – 23 de novembro de 2017
- 15- [Lusopress lança 3ª edição do livro “10 nomes, 10 histórias”](#) – 27 de novembro de 2017
- 16- [Império e CAP Magellan atribuem bolsas de estudo a estudantes em França](#) – 11 de dezembro de 2017

Anexo 17 - Resultado dos inquéritos realizados pela aluna. Ligação dos portugueses à cultura portuguesa.



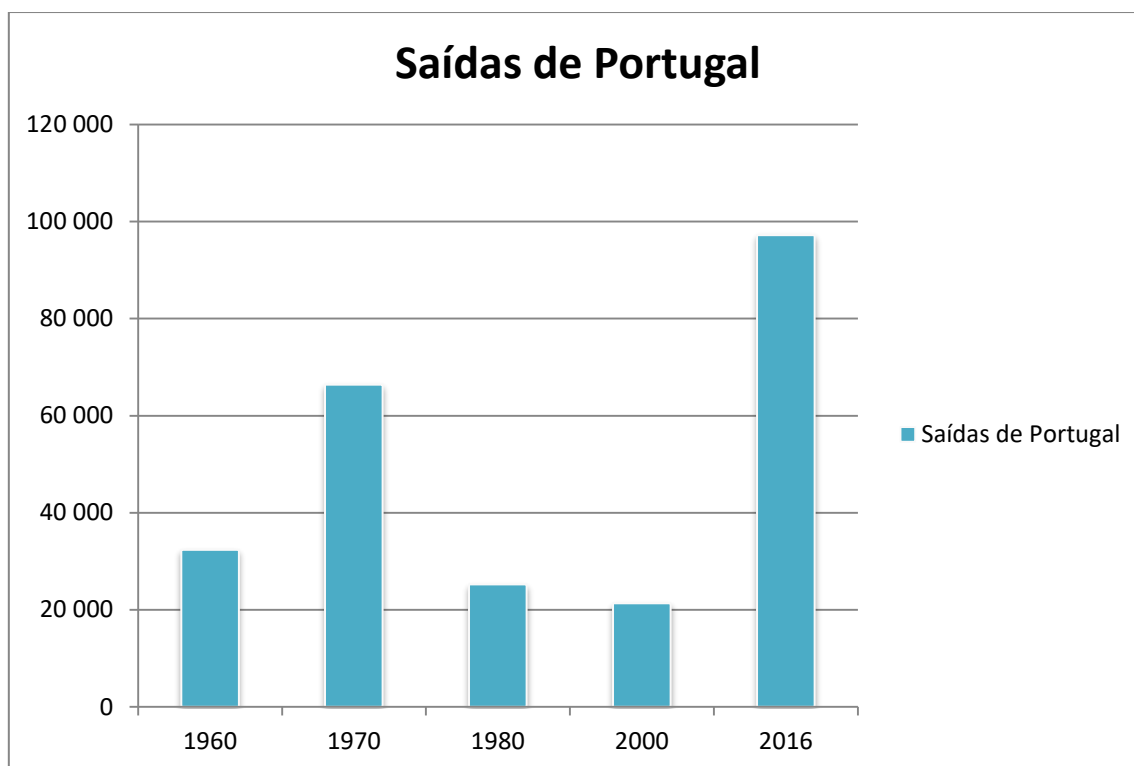
Fonte: Inquéritos Catarina Andrade

Anexo 18 – Fatores que contribuem para a ligação com a cultura portuguesa.



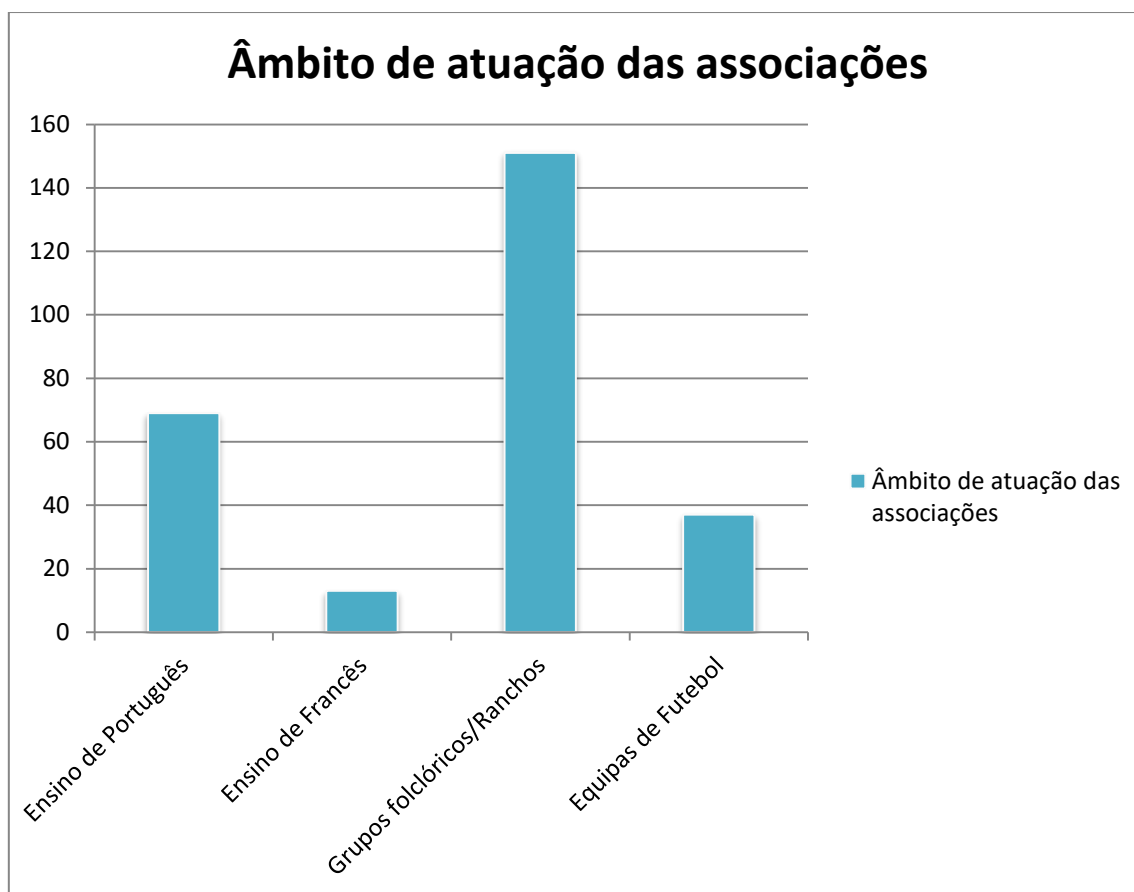
Fonte: Inquéritos Catarina Andrade

Anexo 19 - N° de portugueses que saíram de Portugal por ano. Dados dos anos 1990 e 2000 não estão disponíveis.



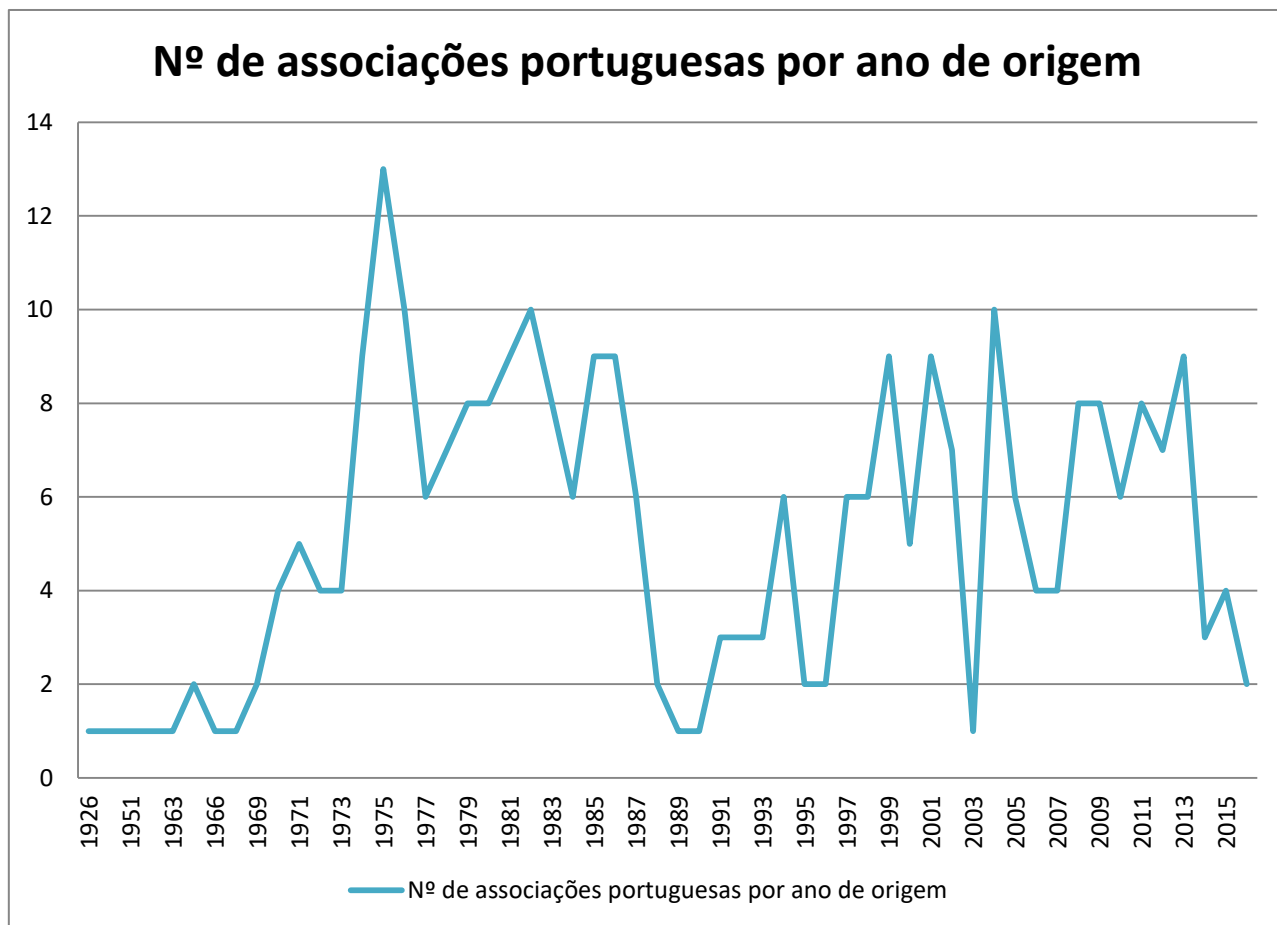
Fonte: PORDATA

Anexo 20 - Principais atividades e foco de atuação das associações portuguesas em França.



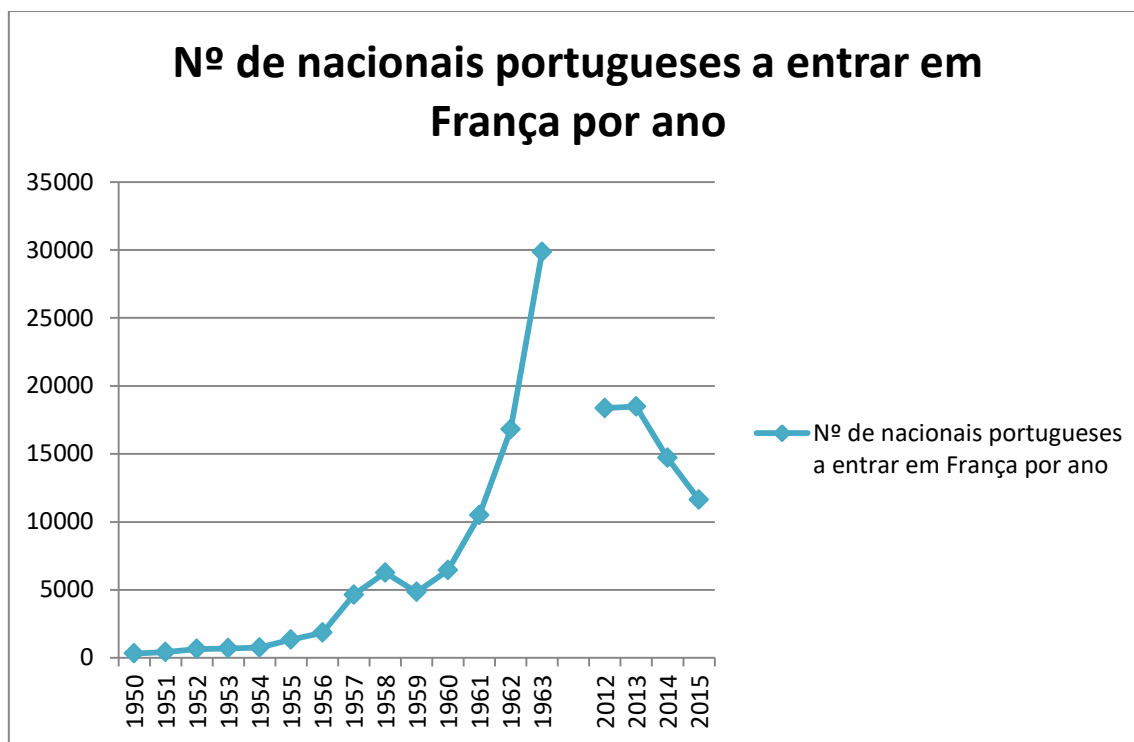
Fonte: CGP-Paris

Anexo 21 - Número de associações portuguesas na área de jurisdição do CGP-Paris e ano de origem.



Fonte: GCP-Paris.

Anexo 22- Nº de portugueses a entrar em França por ano (1950-63) e (2012-2013).



Dados de 1950-63. Fonte: ALMEIDA (1964, 603); Dados de 2012 e 2013. Fonte: Observatório da Emigração (<http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=74>); Dados de 2014 e 2015. Fonte: OCDE (<http://stats.oecd.org/>)

Anexo 23 - Gala Comemorativa da 1ª República, organizada pela Associação CAP Magellan, no Hotel de Ville, Paris.



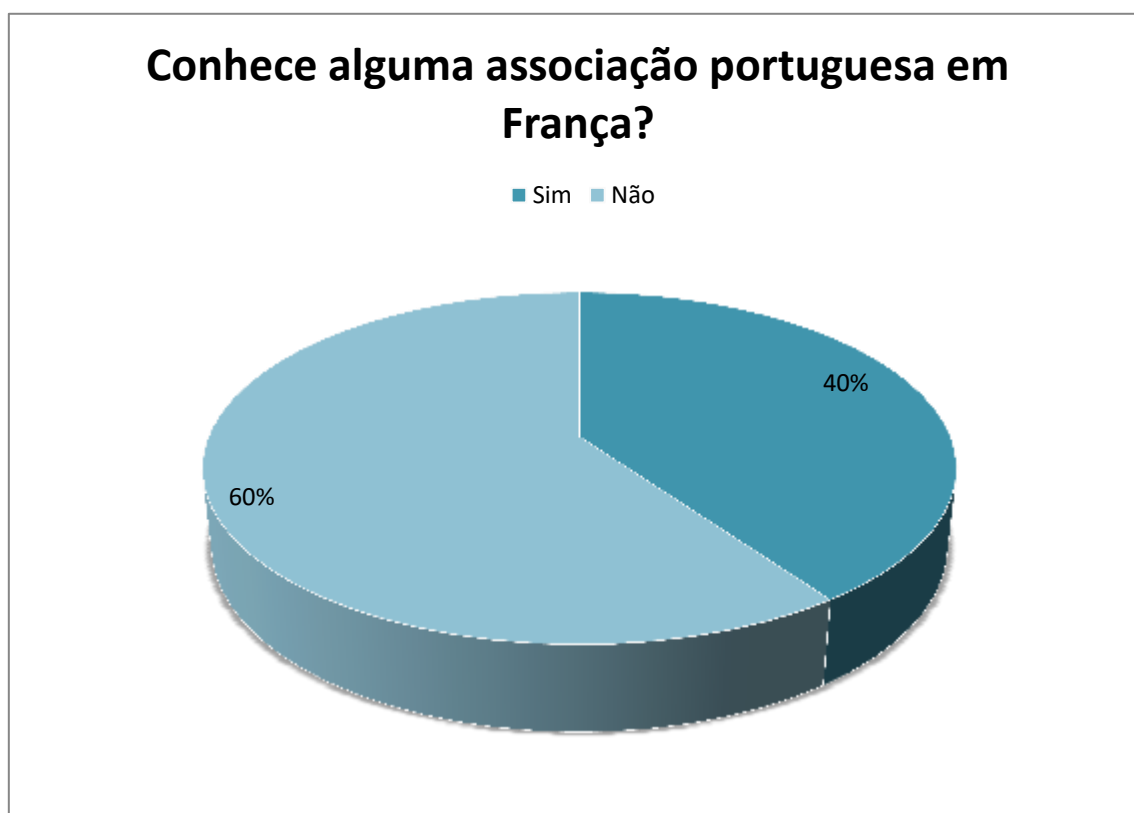
Fonte: Catarina Andrade, 14/10/2017.

Anexo 24 – 14º Encontro Nacional das Associações Portuguesas de França no Hotel de Ville de Paris, organizado pela CCPF – Coordenação das Coletividades Portuguesas em França.



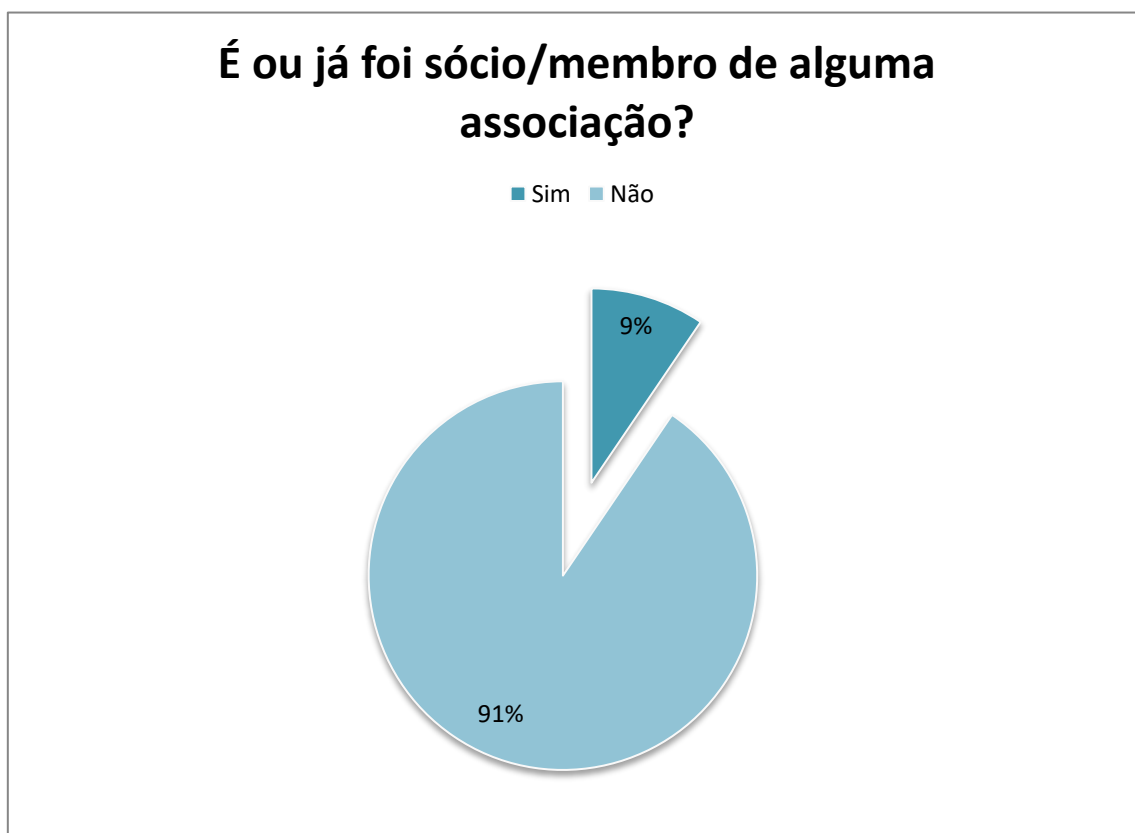
Fonte: Fotos Catarina Andrade, 14/10/2017.

Anexo 25 – Resposta à questão “Conhece alguma associação portuguesa em França”



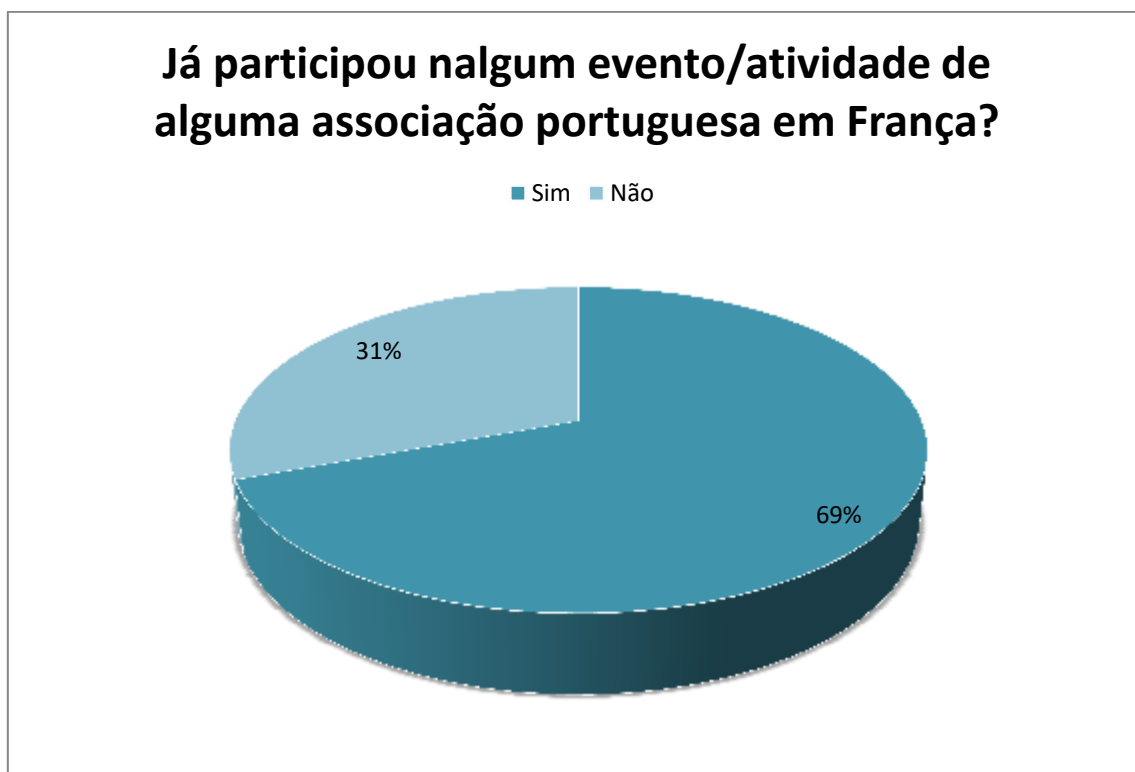
Fonte: Inquéritos Catarina Andrade

Anexo 26- Relação dos portugueses com as associações em França enquanto associados.



Fonte: Inquéritos Catarina Andrade

Anexo 27 – Participação de portugueses em associações portuguesas em França.



Fonte: Inquéritos Catarina Andrade

Anexo 28 – Atividades nas quais os inquiridos que conheciam alguma associação participaram.

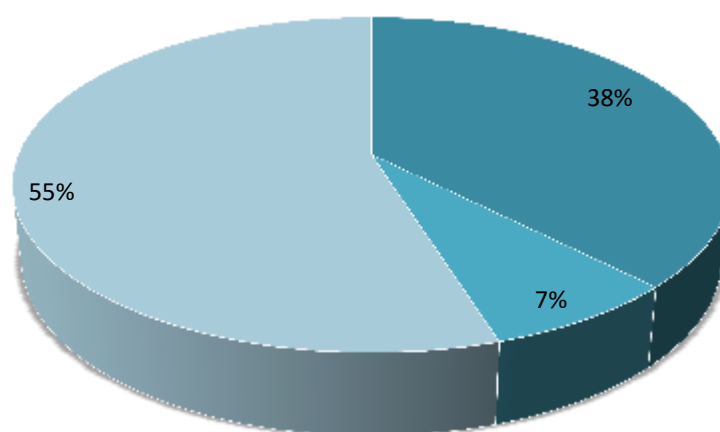
Se sim, quais?
Concertos (música popular portuguesa, ranchos folclóricos, Tony Carreira, Leandro, Rui Veloso)
Jogos de Futebol
Encontros da associação AGRAFr
Jantares
Procissões religiosas
Evento sobre prevenção rodoviária da associação CAP Magellan
Viagens a Portugal
Lançamento de Livros
Conferências
Teatro
Torneios de Sueca
Viagem a Lourdes
Festas de Natal
Convívios
Bailes
Festa da rádio Alfa
Aulas de português
Jantares de Comemoração do 25 de Abril
Encontro de Investigadores AGRAFr
Gala Anual da CAP Magellan
Encontro das Associações Lusófonas da CCPF

Fonte: Inquéritos Catarina Andrade

Anexo 29 - Contributo das associações portuguesas em França para a manutenção ou intensificação da ligação dos portugueses à cultura portuguesa.

Considera que as associações portuguesas em França ajudam a manter/aumentar a sua ligação a alguma destas áreas culturais?

■ Sim ■ Um pouco ■ Não



Fonte: Inquéritos Catarina Andrade

Anexo 30 – Respostas dos inquiridos sobre a forma como a participação em eventos e actividades das associações portuguesas os fez tornarem-se mais próximos da identidade cultural portuguesa.

De que forma?
“Ajudam a criar laços com outras pessoas portuguesas que falam a mesma língua e conhecem a mesma cultura. Permite também estar a par de encontros e eventos portugueses que possam ocorrer.”
“Por ter aprendido a língua.” “Ajudou a conhecer outros portugueses.”
“Convívio com outros portugueses.”
“Ajuda a relembrar a cultura portuguesa.”
“Preservação da língua e cultura Portuguesa.”
“Faz-nos ser mais unidos, convívio com outros portugueses, troca de informações entre emigrantes.”
“Encontrei amigos que são da minha zona, nasci cá e a prendi a falar português.”
“Por ser portuguesa, contacto de várias associações e vários portugueses, convívio, contacto com crianças portuguesas no futebol.”
“Conhecer outros portugueses.”
“Conheci outros portugueses e a cultura portuguesa.”
“Conhecia pessoas portuguesas e ouvia a língua e falava.”
“Uma pessoa encontra outras pessoas da mesma cultura, os mesmos valores de família e de trabalho.”
“Estes eventos ajudaram-me a ficar mais satisfeito com o meu país.”
“Sente-se mais o país através das pessoas e dos convívios, jantares.”
“Convívio para ouvir a língua portuguesa.”
“Aprendi a escrever português na associação.”
“Era uma forma de ultrapassara tristeza de estar cá, de conhecer outros portugueses.”
“Durante o tempo em que estamos ausentes as nossas associações fazem-nos a viver e recordar tudo o que gostamos em Portugal.”

“Ajudou-me a conhecer outros portugueses que vivem em Paris e a perceber como é que os problemas de Portugal são vistos de fora e quais são os problemas da comunidade portuguesa.”

“Considerando que existem bastantes filhos de emigrantes portugueses em França acho que estas associações culturais permitem o desenvolvimento da cultura portuguesa em França e de fazer descobrir a estes jovens e futuras gerações mais sobre as suas origens e costumes tradicionais 100% Lusitanos.”

Fonte: Inquéritos Catarina Andrade